UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

CRISTIANE DE MELO SHIRAYAMA

Francis Bacon e *O Progresso do Conhecimento* no Início do Século XVII

São Paulo

2016

CRISTIANE DE MELO SHIRAYAMA

Francis Bacon e *O Progresso do Conhecimento* no Início do Século XVII

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais

Área de concentração: Estudos Culturais

Orientador: Prof. Dr. Carlos H. B. Gonçalves

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Shirayama, Cristiane de Melo
Francis Bacon e *O Progresso do Conhecimento* no início do
Século XVII / Cristiane de Melo Shirayama ; orientador, Carlos H. B.
Gonçalves. – São Paulo, 2016
88 f.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-
Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, Universidade de São Paulo.

Versão corrigida

1. História da ciência. 2. Filosofia da ciência - Inglaterra. 3.
Bacon, Francis, 1561-1626. 4. O Progresso do Conhecimento
(Livro) - Análise. I. Gonçalves, Carlos Henrique Barbosa,
orient. II. Título

CDD 22.ed. – 509

Nome: SHIRAYAMA, Cristiane de Melo

Título: Francis Bacon e *O Progresso do Conhecimento* no Início do Século XVII

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais

Área de concentração: Estudos Culturais

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, professor Carlos Henrique B. Gonçalves pelo apoio, pelos ensinamentos, pela paciência e principalmente pela confiança depositada.

Agradeço aos professores da EACH Tomás Haddad, Rogério Monteiro de Siqueira e Paulo Piassi pelas aulas inspiradoras e pelas orientações.

A minha mãe e ao meu pai pela criação, apoio e todo carinho e amor de sempre.

Ao Má e a Gude por estarem sempre do meu lado. Também a Rafa e a Rê.

Agradeço ao Rafael pela parceria, compreensão e afeto durante grande parte desse trajeto.

Agradeço aos meus amigos e amigas da Unifesp que sempre me apoiaram.

As amigas que fiz na FGV e que perduram até hoje: Denise, Talita, Lívia, Rani e Jéssica.

A Mariana Marquiori pelos desabafos e reflexões, mas também pelas risadas e planos que dividimos.

Agradeço as minhas amigas e amigos por todo companheirismo e compreensão, inclusive pelas minhas ausências.

Agradeço ao carinho e irmandade desde a época da faculdade da Déia, da Karen, da Má e da Cris.

A amizade e parceria da Bia, da Iris, da Flávia e do Elson.

Ao carinho de sempre do Bruno, da Thali, da Anita e do Joeverson que estão longe, mas mesmo assim se fazem presentes.

Agradeço também as pessoas queridas que provavelmente esqueci.

Agradeço pelas muitas pessoas que passaram pelo meu caminho, pelas palavras, pelas trocas e pelo incentivo que me deram e que me ajudaram em toda minha formação.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do
inacabamento, sei que posso ir mais além dele.

Paulo Freire

RESUMO

SHIRAYAMA, Cristiane de Melo. **Francis Bacon e *O Progresso do Conhecimento no Início do Século XVII***. 2016. 88f. Dissertação (Mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Neste trabalho, trazemos uma análise da obra *O Progresso do Conhecimento*, publicada em 1605, pelo filósofo e político Francis Bacon (1561-1626). Nosso objetivo é explorar as ideias contidas nesse importante livro de Bacon a fim de relacioná-las com intenções mais gerais desse pensador, no plano de um projeto para a ciência, e com o momento histórico em que ele viveu, em especial a Reforma Protestante e suas consequências para o Estado inglês. Para atingir nosso objetivo, fizemos inicialmente um levantamento dos modos como a historiografia da ciência tem tratado sua vida e sua obra e como a historiografia geral tem abordado a questão da Reforma Protestante na Inglaterra. A análise do livro de Bacon, ao mesmo tempo em que segue linearmente as partes da obra, priorizou algumas dimensões teóricas: o projeto de Bacon de classificação das partes do conhecimento, a questão da separação entre o conhecimento humano e divino, o problema dos sujeitos da ciência e a dignidade do conhecimento e as vantagens do conhecimento. O resultado da análise é que as ideias de Bacon sobre a ciência são também ideias e propostas sobre o funcionamento do Estado e sobre os modos de ser dos sujeitos que os possibilitariam se relacionar com essa ciência e esse Estado. Assim, sugerimos que, para Bacon, Estado, sujeitos e ciência são elementos inter-relacionados e indissociáveis.

Palavras-chave: Francis Bacon, 1561-1626. Reforma. Ciência. Estado. Sujeito.

ABSTRACT

SHIRAYAMA, Cristiane de Melo. **Francis Bacon e *O Progresso do Conhecimento no Início do Século XVII***. 2016. 88f. Dissertation (Master). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

In this text, I present an analysis of the work *The Advancement of Learning*, published in 1605, by the philosopher and politician Francis Bacon (1561-1626). My goal is to explore the ideas that this important book by Bacon contains, with the aim of relating them to the more general intentions of this thinker, in the frame of a project for science, and with the historical moment in which he lived, especially the Protestant Reformation and its consequences to the English State. In order to attain my goal, I made a survey of the approaches that the historiography of science has treated his life and works and how the general historiography has dealt with the Protestant Reformation in England. The analysis of Bacon's book, follows linearly the parts of the work, but at the same time I have given strong attention to some theoretical dimensions: Bacon's project of the classification of the parts of knowledge, the issue of the separation between human and divine knowledge, the problem of the subjects of science and the dignity of knowledge and the advantages of knowledge. The results of the analysis point to understanding Bacon's ideas about science as ideas e proposals about the functioning of State e about the ways of being of the subjects that might enable them to be in a relationship with this science and State. In this way, I suggest that for Bacon, State, subjects and science are interrelated and inseparable elements.

Keywords: Francis Bacon, 1561-1626. Reformation. Science. State. Subject.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. LEITURA DE FRANCIS BACON	11
1.1 Sobre Bacon.....	11
1.2 Bacon na Historiografia da Ciência.....	14
CAPÍTULO 2. A REFORMA INGLESA	27
2.1 Historiografia da Reforma Protestante na Inglaterra.....	27
2.2 Reforma na Inglaterra.....	32
2.4 Bacon, filosofia e religião.....	36
CAPÍTULO 3. O PROGRESSO DO CONHECIMENTO DE FRANCIS BACON	43
3.1 A obra e o projeto de classificação	45
3.2 Conhecimento divino e humano	52
3.3 Apresentação e comentários sobre a “dedicatória ao rei”, no livro <i>O progresso do conhecimento</i>	61
3.4 Apresentação e Análise dos Livros I e II.....	65
3.4.1 Subjetividades e dignidade	65
3.4.2 As vantagens do conhecimento	68
3.4.2.1 Os religiosos	68
3.4.2.2 Os políticos	71
3.4.2.3 Os sábios.....	74
CONCLUSÕES.....	78
REFERÊNCIAS	83

CONVENÇÕES

Para melhor compreensão em nosso texto, tentaremos seguir algumas convenções a seguir:

- Os títulos dos livros de Francis Bacon serão citados em português como foram publicados no Brasil.
- Será dada preferência ao uso das datas de publicações dos estudos originais às suas traduções e edições, mesmo que essas sejam utilizadas como referência de estudo.
- Os títulos dos livros terão fonte em *itálico*.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, trazemos uma análise da obra *O Progresso do Conhecimento*, publicada em 1605, pelo filósofo e político Francis Bacon (1561-1626). Nosso interesse por essa obra é derivado de sua importância em nossa área de atuação, a biblioteconomia, como um marco para a história da classificação do conhecimento. Em nossa atuação, sempre nos perguntamos se uma classificação do conhecimento não é também uma forma de ver o mundo, tanto do meio natural quanto do social. Nosso estudo de Francis Bacon, portanto, estava relacionado a um desejo de apreender o problema da classificação do conhecimento como uma tarefa científica, mas também política.

Do ponto de vista formal, nesta dissertação, nosso objetivo é explorar as ideias contidas no livro de Bacon a fim de relacioná-las com intenções mais gerais desse pensador, no seu plano de um projeto para a ciência, e com o momento histórico em que ele viveu, em especial a Reforma Protestante e suas consequências para o Estado inglês. Todos esses temas são muito vastos e foi um desafio encontrar uma forma de compreendê-los suficientemente para mobilizar a bibliografia nos quadros de nossa análise. Cabe-nos colocar que, apesar do esforço realizado, compreendemos que ainda há muito que investigar.

Para atingir nosso objetivo, dividimos a dissertação em três partes. Inicialmente, no Capítulo 1, fizemos um levantamento dos modos como a historiografia da ciência tem tratado vida e a obra de Bacon. Isso nos permitiu um contato com pesquisas que também se interessaram pelas relações da obra de Bacon com a história do seu tempo e seus aspectos culturais.

No Capítulo 2, fizemos um levantamento de como a historiografia geral tem abordado a questão da Reforma Protestante na Inglaterra. Aprendemos que a bibliografia sobre o tema é bastante vasta e que há pontos que não são consensuais. Da mesma forma que nos tempos da Reforma se instalou uma tensão entre catolicismo e protestantismo, também na historiografia é possível encontrar tensões similares na compreensão das obras de Bacon.

Nesse capítulo, houve uma contextualização social da Inglaterra para compreendermos os conflitos e a relação da Igreja com o poder. Essa ilustração é fundamental para situar os elementos que estão presentes no trabalho de Bacon, pois a nosso ver o conhecimento tinha estreita relação com os objetivos da Igreja e do Estado e isso teria relevância no projeto do filósofo.

O Capítulo 3, principal da dissertação, é que aquele que traz a nossa análise do livro de Bacon. Nesse capítulo, tínhamos inicialmente a intenção de seguir linearmente as partes da obra, isto é, de analisar primeiro a “Dedicatória ao Rei” e depois trechos dos Livros I e II, nessa ordem. O tempo disponível para se fazer um mestrado e os desafios de estudar a época mostraram que não seria possível fazer uma análise exaustiva desse escrito de Bacon. Assim, mantivemos um pouco da estratégia de analisar partes específicas do livro, mas as intercalamos com a exploração de algumas dimensões teóricas. São as seguintes: o projeto de Bacon de classificação das partes do conhecimento (Seção 3.1), a questão da separação entre o conhecimento divino e humano (Seção 3.2), o problema dos sujeitos da ciência e a dignidade do conhecimento (Seção 3.4.1) e as vantagens do conhecimento (Seção 3.4.1).

No todo, o resultado de nossa análise é que as concepções de Bacon sobre a ciência não podem ser entendidas isoladamente. Da mesma forma que a ciência não é uma coisa isolada, as ideias sobre ela também não podem ser vistas assim. Nossa leitura nos traz indícios que essas ideias são também ideias e propostas sobre duas outras dimensões importantes da história.

A primeira dessas dimensões é o funcionamento do Estado. Isso se relaciona com a Reforma Inglesa e seus conflitos políticos religiosos.

A outra dimensão são os modos de ser dos sujeitos, o que chamamos em nosso trabalho de “subjetividades”. São essas subjetividades que possibilitariam aos sujeitos se relacionarem com a ciência e o Estado que Bacon vislumbrava.

Assim, sugerimos que, para Bacon, Estado, sujeitos e ciência são elementos inter-relacionados e indissociáveis. Em relação à nossa pergunta inicial, pudemos entender que já que a ciência não é independente dessas outras questões, então pensar a ciência e suas classificações é de certa forma pensar essas outras questões.

CAPÍTULO 1. LEITURA DE FRANCIS BACON

1.1 Sobre Bacon

Francis Bacon nasceu em Londres em 1561. Foi uma figura controversa que dedicou durante grande parte de sua vida a um projeto que chamou de “Grande Instauração”. Segundo Whitney (1989, p. 371), ele utiliza esse termo com algumas variações no período de 1603 até 1626, ano de sua morte. Seu programa do conhecimento científico visava à instauração do conhecimento para o domínio humano sobre o universo.

Seu trabalho e discurso tiveram grande repercussão e visibilidade, muito por causa de sua posição ligada ao governo que lhe deu destaque como importante personagem na história. Contudo, teve uma carreira bastante agitada e problemática, o que o levou a passar um período de sua carreira atrás dos objetivos no plano político e em busca da comprovação de sua filosofia.

Francis Bacon era de uma elite ligada à corte. Filho de Anne Cooke e Nicholas Bacon. Anne casou-se com Sir Nicholas Bacon, lorde guardião do Selo da rainha, e sua irmã Mildred, com sir William Cecil (1543-1623), mais tarde Lorde Burghley, que foi Secretário de finanças e conselheiro muito próximo da rainha Elisabeth I durante maior parte de seu reinado (CRANE, 2000, p. 24; GUY 2000).

Anne era filha de Anthony Cooke. Assim como sua irmã Mildred, recebeu uma educação humanista¹, o que não era comum entre as mulheres da época. Entretanto, mesmo recebendo essa educação privilegiada em relação a outras mulheres e até homens de outras classes sociais, essas mulheres eram barradas da vida pública, sem poder exercer cargos públicos. De qualquer forma, as duas irmãs exerceram grande influência em seus matrimônios e nas carreiras de seus filhos.

Mildred Cooke e William Cecil tiveram um filho, Robert Cecil que viera a ser primeiro ministro do reinado da rainha Elisabeth e conde de Salisbury em 1605.

¹ A educação humanista buscava a reforma do currículo escolástico por um complexo sistema focado na filosofia, na teologia e na lógica e que buscava uma educação mais “humana” que enfatizasse a literatura e a retórica, na retomada do conhecimento clássico grego. As mulheres somente tinham esse tipo de educação por meio de tutores com objetivo de influenciar a formação de seus filhos. Apenas as mulheres que tinham possibilidade nas linhas de sucessão ao trono é que recebiam uma educação humanista com objetivo de desenvolver eloquência e prudência necessárias para a liderança da vida pública, que significava uma carreira monárquica como no caso educação recebida pela rainha Elisabeth (CRANE, 2000, p. 14 e 24).

Francis e Anthony Bacon, seu irmão mais velho, foram juntos para o Trinity College, em Cambridge. Antes disso, tiveram uma educação através de um tutor, doutor John Whitgift, futuro arcebispo de Canterbury e devoto ao calvinismo.

Bacon foi para Cambridge aos 12 anos e permaneceu lá até os 16, quando foi enviado à Paris com o embaixador Sir Amyas Paulett para treinamento do serviço público, onde permaneceu por três anos. Em 1579, retornou à Londres por causa da morte de seu pai. Nesse momento, não tinha uma posição política e a morte de seu pai o deixou sem muitos recursos. Foi então para Gray's Inn para estudar direito, e fez rápidos avanços nos estudos (PELTONEN, 1996, p. 3). Em 1581, aos 20 anos, através de eleições parciais, entrou pela primeira vez para a Casa dos Comuns.

No século XVII, o Parlamento representava as classes abastadas e era composta pela Câmara dos Lordes e a dos Comuns. A Câmara dos Comuns representava a riqueza do país e a distinção social e era composta por 90 membros do condado que provinham das mais importantes famílias de proprietários de terras abaixo da nobreza. Não tinha o sentido de representar o povo da Inglaterra, mas apenas uma pequena fração dela. As eleições eram disputadas pelo poder entre famílias locais, e não por questões políticas (HILL, 2008, p. 50 – 54).

Em 1584, Bacon publicou seus primeiros escritos. Entre as obras, uma “Carta de Conselhos, à rainha Elisabeth²”, escrito entre 1584 e 1585, em que discute o perigo que poderia trazer uma população católica na Inglaterra e sugere uma política de alianças com os inimigos da Espanha (PELTONEN, 1996, p. 3-4).

Entre 1590 e 1591, Francis Bacon ficou próximo ao conde Essex que tinha importante posição no governo. O conde tentou ajudar Bacon de diversas formas para que conseguisse um melhor cargo e se aproximasse da rainha Elisabeth, recebendo grande auxílio do amigo, inclusive financeiro (ZAGORIN, 1999, p. 8).

Entretanto, o Conde Essex, apesar de ser um homem amável, tinha um temperamento forte e depois do fracasso do Conde na sua campanha contra Tyrone na Irlanda, em 1599, por ter se recusado a atacar por ordens da rainha, voltou à Inglaterra e foi banido. Indignado com a situação se rebelou contra a corte, e em 1601 foi acusado de traição e executado. Após a acusação ao Conde, Bacon se afastou do amigo, e de acordo com Zagorin (1999, p. 16), Bacon teve papel importante na acusação contra Essex, negando até sua amizade com ele. Ao

² *Letter of Advice to the Queen.*

ser questionado por tal postura, Bacon alegou que amava mais o serviço à rainha, em favor do seu país, do que ao Conde.

Em 1603, houve a ascensão do rei James I após a morte de Elisabeth, e na ocasião, o rei James interviu a favor do conde e solicitou que Bacon se justificasse, perante as traições cometidas contra o Conde Essex. Bacon foi obrigado a realizar uma justificativa: “Sir Francis Bacon: suas justificativas para certas Imputações relativas ao falecido Conde de Essex” (H. M., 2006, p. 9).

Em 1604, Francis Bacon tornou-se conselheiro do rei. Até esse período escreveu alguns ensaios ligados à política como tratados e cartas. E em 1605, lançou o livro *O progresso do conhecimento* que iremos nos aprofundar nesse trabalho.

Nessa trajetória, é preciso notar que, apesar de sua falta de fortuna financeira pessoal, Bacon entrou na idade adulta com algumas vantagens para explicar suas conquistas: um fundo de riqueza e poder de um membro politicamente importante da classe alta, os começos de uma educação feita, e as conexões judiciais que ele iria usar da melhor forma (LEARY, 1994, p. 24).

Bacon passou grande parte de sua vida dedicando-se à carreira política e às suas obras. Na política, se deteve à busca de melhor cargo e status e teve longo caminho até conseguir, finalmente, o cargo de Lorde Chanceler em 1618. Bacon, nesse momento, quis ter postura exemplar de suas responsabilidades, mas, segundo Zagorin (1999, p. 22), seguia o costume de aceitar presentes de cortesões. Por causa disso, em 1621, foi lançado um ataque pela Casa dos Comuns contra Bacon, onde o acusavam de suborno. Depois de condenado e destituído, recebeu depois um perdão parcial do rei e ficou livre em 1622. Mesmo assim, ainda continuou tentando um cargo público, mas não voltou mais à carreira pública, falecendo em 1626.

Bacon sempre buscou reconhecimento de seu trabalho e um cargo político para que pudesse ter reconhecimento de sua obra e de seu projeto filosófico. Para ele, o poder tinha relação com sua obra. Pois, a busca dos dois projetos para Bacon foi incessante:

From an early time, moreover, the later were linked with his philosophical ambitions; for as he wrote a few years later in an unpublished autobiographical fragment, if he gained a high position in the state, he would have the power to command the ability of others to aid him in his intellectual work (ZAGORIN, 1999, p. 7 *apud* Works 6 446-450).

Durante o período de sua carreira, Bacon escreveu diversos livros. Era um intelectual cujos esforços objetivavam mudar as posturas diante do conhecimento e da investigação da natureza.

Mas, de fato, Bacon fez parte da elaboração de um pensamento que mudasse os métodos e práticas da ciência, e ainda trouxe concepções sobre o conhecimento e a filosofia e de um programa político.

Para Hill (1992), Bacon via um importante papel nas atividades dos artesãos e não somente nas especulações filosóficas. E isso ocorre, principalmente, por causa do desenvolvimento das novas indústrias - de tingimento, fabricação de vidro, pólvora, fabrico de papel, agricultura. E ainda:

Sua crença de que o conhecimento se desenvolve por acréscimo e, portanto, que os modernos podem avançar para além dos antigos, contribuiu para tornar possível uma teoria de progresso, uma confiança otimista no homem, para as quais o puritanismo, paradoxalmente já havia preparado (HILL, 1998, p. 102).

A ideia de acréscimo estava ligada às concepções colaborativas da ciência. O avanço da humanidade era o objetivo final de sua filosofia e estava situado numa sociedade que estava mudando rapidamente, por causa de novas concepções religiosas, descobertas de novas terras e expansão mercantil. Para Bacon, isso se ligaria perfeitamente ao um projeto político que substituiria antigos poderes da Igreja se encaixando nas perspectivas e aspirações de um novo mundo.

Para o autor em análise, conhecimento e poder faziam parte de uma coisa única. Isso teria sido uma importante mudança intelectual, mas o rei James I parece ter feito pouco uso dessa filosofia, apesar dos esforços do filósofo.

1.2 Bacon na Historiografia da Ciência

A obra de Francis Bacon foi bastante extensa. O filósofo ficou conhecido pela defesa do método indutivo, mas também pelo seu discurso sobre o conhecimento nas relações de poder e na concepção de desenvolvimento da humanidade. Durante um longo período ainda,

foi também nomeado fundador da ciência moderna por suas concepções empiristas e de racionalidade. Segundo Rossi (2006, p. 36), essa imagem foi construída entre o fim do século XVIII e metade do século XIX.

Além de fundador da ciência, foi também conhecido como utilitarista por causa da sua concepção de utilidade do conhecimento. Seu discurso estava fundamentado não na contraposição, mas na complementaridade de verdade e utilidade, como afirma Bacon em *Novo Organum* (BACON, 1999, p. 93).

Houve em sua época um grande desenvolvimento dos métodos e operações nas artes mecânicas realizadas por engenheiros, arquitetos e artesãos, ou seja, longe da chamada ciência oficial do período. Para Bacon, a ideia de verdade e utilidade seria a de adquirir através do intelecto, as técnicas e instrumentos assim como ocorria nas artes mecânicas para garantir o controle e progresso da humanidade, mas privilegiando a verdade, mais do que a utilidade, como ele mesmo aponta (BACON, 1999, p. 93; ROSSI, 1989, p. 103 e 131).

Pamela Long (2001, p. 247), historiadora cultural sobre o período, questiona em seu livro se as artes mecânicas estiveram envolvidas primordialmente na tomada do conhecimento. Para ela, houve nesta questão, várias problemáticas que envolveram o capitalismo comercial, a expansão do comércio dos artesãos em geral, o crescimento da importância dos objetos culturais e o desenvolvimento notável do consumo por parte das elites. Objetos e fabricação de objetos ganham grande importância cultural. Construção e criação se conectam não apenas no como fazer dos ofícios, mas no conhecimento sobre eles. O desenvolvimento envolveu complexo processo ao longo dos séculos e trouxe com isso relações e alianças entre artesãos, humanistas e governantes da elite. Essa expansão possibilitou que as artes mecânicas se tornassem presentes nos discursos e dessa maneira preparou seu uso nas investigações do mundo.

Bacon se aproximou das questões dos artesãos porque eles tinham habilidades, experiências e conhecimentos práticos de assuntos e coisas que eram próximas das mensagens do livro da natureza (ZITTEL, 2008, p. 25). Peltonen (2006, p. 3) sugere que Francis Bacon havia conhecido Palissy, em Paris, quando esteve entre 1576 e 1579 na França e essa teria sido uma grande influência para essa aproximação de Bacon. Bernard Palissy foi um oleiro francês, experimentalista e artesão, que ficou famoso por sua habilidade em faianças (tipo de cerâmica). Suas louças eram esculpidas com relevo de plantas num estilo que dava a impressão de serem criaturas vivas (ZITTEL, 2008, p. 26).

Nesse contexto, é possível partir para uma análise conjuntural do seu trabalho e buscar em seu projeto relações de sua filosofia aos seus objetivos políticos e sociais e que parece

estar apoiado numa estruturação do conhecimento que leva em consideração as práticas sociais.

Nesse ponto, é importante primeiramente ressaltar que a inserção do termo ciência no século XVII é passível de discussão, já que seu significado nesse momento é muito diferente de como ele é empregado atualmente.

Para Rossi (1996), os dois grandes processos de institucionalização da ciência, como conhecem os sociólogos da ciência, se deram entre metade do século XVII e metade do século XIX. Segundo Raymond Williams (2007), o termo ciência é utilizado até o século XIX como “conhecimento e aprendizado”, ou ainda como um corpo de conhecimento ou de habilidades. Apesar dessa diferença de concepção, é importante ressaltar que a elaboração do conceito “ciência” de Bacon oferecerá importantes contribuições para a chamada ciência moderna (ROSSI, 1996, p. 25-26).

Alcançada a ideia de objetivos, práticas e concepção de ciência de Bacon, tentaremos situar o nosso trabalho, nos parágrafos seguintes, apresentando uma breve revisão de literatura, a partir de estudos críticos que evidenciem as ciências como fruto das relações e construções sociais e culturais e de uma complexa relação histórica e social.

Essas leituras vêm em contraposição a uma identificação da criação da ciência que buscava compreender apenas a prática de ciência em si, fora de sua totalidade conjuntural, e que muitas vezes recebe uma autoridade de verdade absoluta. Em oposição a essa ideia, vemos a ciência como uma prática suscetível de críticas, erros e localizada numa determinada esfera social.

O historiador e sociólogo da ciência Steven Shapin, pesquisador da História da Ciência na Europa do século XVII traz essa problematização da ciência como verdade. Shapin (1996) compreende a ciência como prática cultural e defende que algo pode ser aceito como verdade em determinado momento histórico e pode ser completamente modificada em outro período. Para isso, existe uma comunidade detentora do poder, seja político ou de conhecimento, que estabelece as regras da ciência e que julga seus padrões. Aqui é relevante perceber como essas concepções se modificam, assim como as práticas que estão inseridas numa lógica social estabelecida, de acordo com seu tempo.

Para Shapin (1996), na Inglaterra do século XVII, as relações entre ciência e o poder eram estreitas. E esse talvez seja um dos principais elementos para uma leitura desse período. Para ele, a relação entre conhecimento natural e poder do Estado modificou as atitudes diante do conhecimento e mais do que isso, modificou também a relação entre conhecimento e ordem social (SHAPIN, 1996, p. 123).

As mudanças surgiram em decorrência de algumas crises que atingiram a Europa nesse momento tais como a crise do sistema feudal, a descoberta do Novo Mundo, o choque econômico da expansão dos horizontes por causa das grandes navegações, a invenção da imprensa, as consequentes mudanças nas fronteiras culturais e, a mais importante delas, a fragmentação da unificada ordem religiosa da Europa advinda da Reforma Protestante (SHAPIN, 1996, p. 123-124).

Esses eventos desempenharam papel importante na sociedade e trouxeram ideias novas sobre o conhecimento. Havia diversas práticas culturais que tinham propósitos de compreender, explicar e controlar o mundo natural (SHAPIN, 1996, p. 20).

Shapin (1996, p. 1), mostra que em 1943, o historiador francês Alexandre Koyré (1892-1964) denomina as mudanças que vão do século XVI ao XVIII como uma Revolução Científica e que, para Koyré, essa revolução havia sido a mais profunda transformação intelectual humana. Galileu Galilei, Nicolau Copérnico, Isaac Newton e René Descartes seriam alguns dos nomes dos pensadores que contribuíram para essa revolução.

Para Shapin (1996), revolução seria uma mudança profunda intelectual que teria que atingir, principalmente, as atitudes das pessoas e isso não se configura nesse contexto. O que de fato ocorreu foi a elaboração de novas práticas do conhecimento diferentes das práticas anteriores, mas que não seria uma profunda mudança como propõe a chamada revolução, mas sim a ocorrência de algumas práticas e eventos isolados.

Shapin (1996, p. 127-130) parte da ideia de que o controle institucional tem a mesma potência da autoridade do conhecimento, pois quando as instituições são atacadas e fragmentadas ocorrem problemas com a legitimidade do conhecimento. Além disso, desde os tempos antigos, os governos estavam conscientes das possibilidades dos usos das ciências matemáticas para usos econômicos e militares. Como exemplo, podemos citar o uso das ciências na astronomia e nas navegações, importante para a expansão Europeia para o Novo Mundo, e também na metalurgia e na balística com a introdução da pólvora.

No início do século XVII, Bacon, como Lorde Chanceler da Inglaterra e conselheiro da corte da rainha Elisabeth I e do rei James I, é apontado como um dos maiores entusiastas de uma filosofia de reforma do conhecimento e expansão do Estado. Por sua inserção e posição no governo e como intelectual, defendeu a união entre a reforma do saber e a ampliação do poder do Estado. Esses são os termos principais do conteúdo do projeto do filósofo, de acordo com Shapin (1996). Para Bacon, o conhecimento tradicional, ou seja, a filosofia baseada no aristotelismo precisaria ser reformada, e a filosofia natural deveria ocupar um lugar fundamental nesta reforma (SHAPIN, 1996, p. 129-131).

Bacon tem em seu ponto de partida a ideia de que o caráter privado e o individualismo presentes nas práticas de conhecimento seriam ameaças ao poder e à autoridade do Estado. O programa de Bacon de reforma intelectual também seria um plano de assegurar a ordem social e, por isso, deveria ser aprovado e implementado pelo próprio Estado. O fim da desordem da filosofia natural eliminaria essa ameaça ao governo e colocaria à sua disposição uma ferramenta poderosa de autoridade intelectual (SHAPIN, 1996, p. 130).

A ideia de pensar sobre o controle do conhecimento, tanto em sua concepção, em suas instituições e no modo de produzir o conhecimento se concebia como um instrumento do poder do Estado e isso pode ser entendido na concepção que Bacon tinha de que o conhecimento humano e o poder humano seriam a mesma coisa. A capacidade que o conhecimento teria proporcionado por uma filosofia natural para produzir resultados práticos e os meios para o controle tecnológico da natureza se tornariam provas seguras de verdade (SHAPIN, 1996, p. 130-131).

De forma geral, para Shapin (1996), o discurso de Bacon se embasava no conhecimento como socialmente útil, poderoso e desinteressado para que dessa forma, pudesse utilizá-lo a favor de objetivos religiosos morais, sociais e políticos. E ao mesmo tempo substituiria o poder da Igreja pelo poder do Estado.

Richard Westfall, em seu trabalho publicado em 1971, faz uma análise sobre a raiz dos objetivos da ciência natural no começo do século XVII e afirma que ela se relacionava à religião, principalmente ao cristianismo. A partir disso, no entanto, houve uma significativa mudança dessa cultura que passou a se centrar na ciência já no final desse século.

O autor denomina esse período como momento da revolução científica e caracteriza duas correntes principais de pensamento. De um lado, a tradição platônica-pitagórica que acreditava que o Cosmos se baseava em princípios matemáticos, e de outro, a filosofia mecanicista que concebia a natureza como uma máquina e buscava explicar quais mecanismos ocorriam por trás dos fenômenos. Essas novas concepções modificaram o modo de fazer ciência e atualmente a maioria dessas teorias foram superadas, mas deixaram contribuições para as práticas e desenvolvimentos da ciência atual.

Bacon não era associado diretamente à ciência mecanicista. Era visto como ligado ao naturalismo renascentista e à magia natural, e sua busca de domínio da natureza ligado aos poderes ocultos. Talvez por isso, seu ideal não fosse aceito por todos os cientistas do século XVII. Mas as mudanças econômicas e sociais deram relevo ao chamado utilitarismo baconiano. Para o filósofo, o homem não era feito para o mundo, mas o mundo era feito para

o homem. Conhecimento era poder e o homem detinha o poder de controlar a natureza para melhorar as condições humanas (WESTFALL, 2001, p. 118-119).

Em 1957, Paolo Rossi, filósofo e historiador da ciência, já havia realizado uma inédita análise sobre o trabalho de Bacon ao indagar as origens e concepções de conhecimento relacionadas ao poder em seu pensamento. Para o autor, a ciência tinha domínio sobre a natureza e destaca, principalmente, suas concepções em origens da imagem de mago da Renascença.

Francis Bacon é um marco na passagem histórica da tradição Renascentista para a Idade Moderna por conceber uma nova filosofia que propõe uma modificação da atitude do homem diante da realidade, enfatizando a realização e não apenas a contemplação da natureza. Havia, para ele, a necessidade de uma nova lógica que estabelecesse uma nova ciência que deveria observar a natureza e as coisas do mundo com maior rigor, método e atuação sobre ele (ROSSI, 2006).

Bacon, segundo Rossi (2006, p.149-150), tinha uma recusa aos modos de operação do conhecimento do passado, pela convicção de que as manifestações culturais contra as quais ele se impunha seriam a consequência ou o legado de um processo milenar de desenvolvimento histórico que ele pretendia transformar, e que há muito tempo estaria infrutífero.

Nesse sentido, Bacon tenta trazer uma nova perspectiva cultural em relação ao conhecimento e empreende uma transformação com um projeto de rompimento com o passado e a cultura desdobrada até o momento, para que com as novas atitudes, o progresso da humanidade pudesse ser alcançado.

Essa mudança de atitude diz respeito tanto à moral dos objetivos da ciência como à postura de colaboração que dizia respeito a um modo de fazer ciência que se basearia na cooperação entre os estudiosos, ou seja, num compartilhamento de saberes e em ajudas mútuas. Essa postura se diferenciava dos posicionamentos individualistas que destacavam apenas um indivíduo. Para Bacon, não seria moral guardar segredos para si sobre o conhecimento, como faziam, por exemplo, os magos e alquimistas do Renascimento.

Essa característica de sua obra propõe refletir sobre o conhecimento e a postura diante dos objetivos do conhecimento, de como deveria ser realizada e quais conhecimentos deveriam ser perseguidos. A ideia de Bacon parece provocar essa concepção de uma ciência colaborativa e de uma organização das áreas do saber, para que dessa forma pudesse se chegar a um avanço de todas as vertentes do conhecimento de modo concomitante. Para Rossi (2006):

O fim da pesquisa científica não é o de assegurar a fama ao pesquisador ou o de proceder à transformação do mundo, deve fundar-se no trabalho colaborativo, articular-se de uma linguagem o mais possível intersubjetiva e rigorosa. Mas a atribuição dessas tarefas à ciência e a tentativa de substituir a uma cultura de tipo retórico-literário outra de tipo retórico científico pressupõem uma tomada de posição crítica diante do passado, um exame que vise tornar os homens conscientes dos erros cometidos e livrá-los destes (ROSSI, 2006, p. 145)

Esse projeto procurava desenvolver novos modos de manuseio do conhecimento a partir da crítica ao passado, numa tentativa de quebra das correntes tradicionais do pensamento aristotélico e de qualquer outra concepção de prática dos saberes que, para ele, atravancavam o avanço do saber. Essa crítica não era nova, pois outros autores e uma corrente de pensamento crítico percorreram a Inglaterra naquele momento, como o próprio movimento dos humanistas havia realizado anteriormente.

Sem dúvida, esses esforços tentavam provocar uma concepção universalista do conhecimento, dos modos de difusão e concepção pautada no século XVII. Essas mudanças foram influenciadas pelo Renascimento, por transformações sociais na Inglaterra e ainda pelos conflitos da Igreja.

As origens do pensamento de Bacon estão presentes em filosofias de antigos como Aristóteles, Epicuro, Platão, até os magos da Renascença como Paracelso, Picco de la Mirandona e Ficino.

Paolo Rossi (2006) em seus estudos reconfigura a ideia de Bacon como filósofo que não havia, de fato, rompido com a magia e outras ciências ocultas anteriores ao século XVII, tal qual fora construída sua imagem como pai fundador da ciência moderna no final do século XVII.

Rossi questiona o estudo de Bacon identificado como moderno e utilitarista. Ao argumentar com auxílio de referências de alquimistas da Renascença, assim como através da obra de Bacon, ele destaca principalmente os elementos de continuidade entre tradição e elementos da imagem da ciência moderna (ROSSI, 2006, p. 11 e 22).

Bacon reconhece que as três artes (magia, alquimia, astrologia), em suas palavras, não seriam insignificantes, mas o problema encontrado nessas áreas seriam as posturas perante elas nas quais estavam cheias de erros e de vaidades (ROSSI, 2006, p. 138). Para Bacon, o homem deve continuar tentando o domínio da natureza, mas o principal objetivo da busca do conhecimento, nesse contexto de reforma, seria de recusar erros morais.

Rossi procura evidenciar diversos temas e motivos que tem raízes da tradição hermética, pois cinco, dos trinta e nove escritos de Francis Bacon, apresentam referências explícitas ou de alguma maneira demonstram a presença da “sabedoria oculta” como em fábulas e mitos da antiguidade (ROSSI, 2006, P. 220). Inclusive a obra *O progresso do conhecimento*, para ele, parece ser um livro chave para compreensão da presença dessas áreas na filosofia de Bacon, apesar de não apresentarem conceitos ainda totalmente construídos.

A função dessa sabedoria presente nos mitos e nas fábulas seria a de apresentar imagens para impressionar a mente e nela penetrarem, para que assim pudesse ser possível restaurar o domínio da razão e construir imagens que tornassem os conceitos morais visíveis (ROSSI, 2006, p. 368-369).

Rossi (2006) evidencia em Bacon a reforma do conhecimento, mas sua problemática dizia mais respeito a uma reforma de postura moral e objetivos da ciência do que necessariamente ao seu conteúdo, pois enfatizava a forma de como deveria se conceber o conhecimento.

A perspectiva das áreas do conhecimento de Bacon investe em determinados temas como mecânica, mas também na poesia, história religião ética e política. Mesmo que condene, empresta da magia e alquimia a ideia de que o homem pode tentar ser o mestre da natureza. Além disso, Bacon deu a cultura uma visão alternativa de ciência. Para ele, ciência tem um público democrático e um caráter colaborativo e os esforços individuais contribuem para o sucesso geral. Conhecer é para Bacon como um tipo de criação como aponta Antônio Pérez-Ramos (1996). O conhecer, para ele, está envolvido com o processo de construção e pela capacidade de fazer. Ciência não significa reduzir a tecnologia e nem em construir artefatos, sua ideia de ciência se direciona a busca por efeitos e fenômenos naturais como calor, cor e movimento (ROSSI, 1996, p. 27-38).

Para Long (2001, p. 249), Bacon levou a cabo o discurso de ligar as artes mecânicas à ciência. Para o filósofo, havia íntima relação entre objetos de cognição e de construção que, diferente do utilitarismo, transmite ao conhecimento e depois constitui a ciência natural. A integração da filosofia de Bacon muda o status das artes mecânicas em prioridade nos próximos dois séculos e preparara a integração da metodologia filosófica à investigação do mundo natural.

Outro historiador da ciência que analisou a obra de Francis Bacon foi Benjamin Farrington (1991) que estudou a primeira fase do filósofo e trouxe na década de 1950, outra perspectiva sobre ele e sustentou a ideia de que não haveria novidade nenhuma em sua obra. Diferente de outros autores que o defendiam como precursor do mecanicismo, Farrington

defendia que sua contribuição não fora estritamente científica, pois não foi pioneiro em nenhum campo de investigação, não teria descoberto nenhuma nova lei da natureza e não havia sido autor de nenhuma grande hipótese. O maior êxito de Bacon teria sido o de tentar estabelecer o lugar da ciência na vida humana (FARRINGTON, 1991, p.14).

Outro ponto importante sobre a obra de Bacon que deve ser destacado é a religião. Alguns autores enfatizam em sua obra, seus objetivos espirituais, argumentando que seu programa estaria influenciado pela crença na elevação espiritual e na espera da redenção da humanidade pela vinda de um novo ciclo divino.

Francis Yates, historiadora inglesa em estudos do Renascimento, havia afirmado que Francis Bacon pertencia ao grupo dos rosa-cruzes³ por indícios verificados na obra de Bacon *Nova Atlântida*⁴, de 1627 (YATES, c1972). Mas em seu livro seguinte, ela voltou atrás, pois, como a autora explica, faltavam consistências sobre a ligação do filósofo com essa prática. O que ela afirma, então, é que para Bacon a concepção do futuro da ciência não era aquela do progresso numa linha direta, mas era a busca de uma “renovação” a partir de um retrocesso ao estado puro e sem pecado como era antes da queda de Adão. Dentre os assuntos que ele recapitula e reconhece naquele momento cultural encontram-se a magia natural, a astrologia – das quais ele procura uma versão reformada – a alquimia – pela qual foi profundamente influenciado - além de outros temas ligados aos magos e à magia que os interessados em descobrir o lado moderno de Bacon deixaram de lado (YATES, c1972, p. 163-164).

De acordo com Matthews (2008), a teologia e a filosofia natural, para Bacon, formariam na realidade um sistema único de pensamento. Os escritos de Bacon sobre a reforma do conhecimento, conhecida como “Instauração Magna”⁵, estariam embasados em diversas citações bíblicas e argumentos teológicos que dão apoio à sua argumentação. Bacon

³ “Rosa-Cruz”, foi, num sentido histórico, denominado por Frances Yates (1972, p. 7) “uma fase na história da cultura européia, que é intermediária entre a Renascença e a pseudo-revolução científica do séc. XVII. É uma fase na qual a tradição da Renascença Hermético-Cabalística recebeu o influxo de uma outra tradição hermética, a da alquimia. Os 'manifestos rosa-crucianos' representam a manifestação dessa fase, sendo, como são, a combinação da 'Magia, Cabala e Alquimia' como a influência conducente ao novo iluminismo”. Não era uma sociedade secreta como muitas vezes é divulgado. Um pensador tipicamente rosa-cruciano foi o matemático e astrônomo John Dee (1527-1608) (YATES, 1972, p. 261 e 278).

⁴ Originalmente publicado como *New Atlantis*. Foi a única obra de ficção de Bacon e é uma novela utópica em que ele descreve como seria o futuro numa comunidade chamada Bensalém que seria, em teoria, uma sociedade pós Instauração. A sociedade seria baseada no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

⁵ Ou Grande Instauração como também chamaremos aqui nesse trabalho. Essa ideia foi primeiramente citada em *Temporis Partus Masculus, sive Insaturatio Magna Imperii Humani in Universum*, “Time’s Masculine Birth, or The Great Instauratio of Human Dominion over the Universe” (1603). Mas Bacon só explicaria, de fato, seu projeto em 1620, quando publica a obra *Instauratio Magna*.

se utilizaria, na realidade, de uma linguagem religiosa e a partir de uma visão e objetivos muito diferentes da maioria das interpretações realizadas sobre seu trabalho.

As ideias do projeto da Grande Instauração tinham um plano de império sobre a natureza, segundo Whitney (1989). Além disso, Bacon almejava um período de crescimento onde o fim seria o Apocalipse, ideias projetadas no milenarismo. Seu projeto estaria relacionado a uma concepção de conhecimento ligada ao poder, onde o governante, próximo de Cristo, representaria a melhor forma de administrar e conquistar a natureza através da ciência.

Segundo Hattaway (1978), Bacon tinha duas reputações. A primeira datada do século XVII o apresenta como pragmático, utilitarista, materialista e tecnocrático, e por isso, visto como moderno posteriormente. Já a segunda reputação, o revela num campo entre alquimistas, místicos e magos do seu tempo, como aponta Frances Yates. O trabalho de Bacon estava pautado em sua visão e objetivos espirituais, de elevação e da espera da redenção da humanidade pela vinda de uma nova era. Ou seja, Bacon era um homem da Renascença. Segundo o autor, essa hipótese pode ser percebida em sua obra, como por exemplo, na passagem do *O progresso do conhecimento*, na distinção entre conhecimento físico e divino. É possível, segundo Hattaway, perceber indícios que há, de um lado, a fé na religião revelada contrapondo-se ao conhecimento das artes e da ciência. Por outro lado, em algumas passagens de seus escritos, Francis Bacon se contrapõe a seu discurso ao dizer, por exemplo, que a lei se daria através da revelação e não pela observação, como na proposta de seu método. Sua noção de conhecimento defectivo permitiria perceber ainda sua referência ao cristianismo aristotélico.

A análise de Hattaway permite perceber as contradições de Bacon no que diz respeito à separação do conhecimento em natural e divino como uma tentativa reconhecer suas crenças, e quer evitar, de qualquer forma, sua separação dos objetivos do conhecimento.

Para McKnight (2006) a instauração do conhecimento de Bacon é realizada de acordo com preceitos das escrituras judaico-cristãs e em especial na ideia da espera do Apocalipse, de acordo com o Velho Testamento. Seu trabalho possui ainda influências mágicas, cristãs, alquímicas, neoplatônicas, herméticas e de tradições esotéricas judaicas. Bacon, assim como outros pensadores cristãos, estava convencido de que havia um obscurantismo dos dogmas eclesiásticos sobre a verdade religiosa.

Nesse sentido, a reforma do conhecimento do filósofo está entrelaçada à ideia de restauração da humanidade antes da queda de Adão e da espera da vinda do Apocalipse, e o conhecimento seria essencial para a compreensão de Deus e para a realização da

potencialidade humana inata que Deus quer para a humanidade. Assim, Bacon tenta ao mesmo tempo seguir suas convicções e alcançar uma posição política estratégica para colocar em prática o seu projeto.

Outras críticas sobre o trabalho de Bacon surgiram mais recentemente na busca da compreensão do significado do seu trabalho e de suas intenções. Uma dessas recentes pesquisas da filósofa eco feminista Carolyn Merchant (2012) que analisa a expressão “vexations of art”⁶ em Bacon nas diversas pesquisas, traduções e edições realizadas de seu trabalho, desde seu primeiro uso em 1605. Através dessa proposta a autora debate a repercussão que as traduções desse termo trouxeram em consequência da busca do significado da filosofia do autor. Esse termo tem, no trabalho de Bacon – e isso é um ponto muito importante para sua compreensão – o sentido de uma intervenção e extração de segredos da natureza. As ideias da expressão “vexations of art” com natureza tem a ideia de conter, controlar e experimentar.

Existem muitas controvérsias quanto às intenções reais de Bacon, no momento de seu uso, ao falar da maneira de como se deveria lidar com a natureza. O termo foi traduzido por diversos autores durante os séculos que se passaram até então, como tormenta e tortura da natureza. Isso levou a muitos autores a criticarem-no firmemente sobre suas intenções na ideia de seu método de experimentação responsabilizando-o, inclusive, sobre o tratamento atual de exploração da natureza, identificando-o com parte dos males da tecnologia, como os autores Heidegger e Marcuse o fizeram nos anos de 1940, ou como “filósofo impostor” como o chamou Popper (MATTHEWS, 1996 *apud* MERCHANT).

Nos anos de 1980, feministas como a própria Carolyn Merchant e Sandra Harding e ecologistas como Matthews trouxeram novo fôlego às críticas a Bacon sobre a ideia da tradução do termo que teria ligação com a ideia de dominação e controle da natureza, identificando a natureza como sendo tratada propositalmente como do gênero feminino. Essa relação traz a ideia de controle e poder sobre a natureza em analogia ao controle masculino à figura feminina. Há também outra visão que compara a ideia de tortura de bruxas à tortura da natureza.

Em contraposição a essa crítica, alguns autores saem em defesa de Bacon, que mais do que a defesa do próprio autor, julgam que sua defesa vai de encontro à proteção da própria ciência, no sentido de que o controle não seria no sentido violento de extração que tanto foi

⁶ Em português, na tradução de Raul Filker, essa expressão foi traduzida como “admoestação da arte”.

criticado na obra de Bacon no século XX, mas de subtrair apenas o conhecimento (MERCHANT, 2012).

No escopo do presente trabalho, consideramos que os autores comentados acima são representativos da recepção de Francis Bacon e seu pensamento na história da ciência no modo de pensar a ciência em relação às práticas sociais. Essa análise da historiografia permite-nos refletir sobre as questões acerca de sua obra e de seu projeto, suas defesas e influências e o ponto de vista do qual partimos para concepção desse trabalho e que nos permite seguir para algumas reflexões.

No início do século XVII, ao construir esse tratado sobre conhecimento, e ao que nos parece, consciente das mudanças de visão na relação cultural do conhecimento, Bacon teria tentado criar um discurso sobre a ciência, impondo seus limites e relações.

Esse discurso tinha uma visão estratégica política na concepção da separação de conhecimento humano e divino e que se relaciona às novas condições religiosas e também sobre um novo método, e uma nova postura que provocava a intenção de atuação do homem sobre a natureza para extrair seus segredos.

Não parece haver dúvidas de que a política, a religião e o conhecimento estavam juntos no programa de Bacon. Há uma negociação de autonomia entre religião e Estado, e uma tentativa de legitimar o Estado sobre os poderes da Igreja.

É possível perceber que muitos estudos foram realizados sobre o trabalho de Bacon, mas ainda há muitas controvérsias sobre o real papel da religião e da política e o próprio significado de sua obra. E muitas leituras tocam em diferentes pontos de seu trabalho desde sua formação às influências do mundo moderno.

Teria sido sua influência tão vasta a ponto de ter responsabilidade pelos problemas de exploração da natureza dos últimos séculos? Um discurso pode ter muita força e poder a ponto de influenciar seus pares e seu tempo?

Nesse trabalho, tentamos compreender seu tempo e alguns elementos que poderiam ter influenciado sua obra e que faria parte da formação desse discurso.

O livro de 1605, *O progresso do conhecimento*, tinha fortes relações com a reforma protestante, pois a relação do poder do Estado e da religião poderiam ser partes de uma medida para o controle social. Além desse controle, Bacon buscava como projeção de seu trabalho a busca de uma redenção e aceitação da religião como verdadeira e dominante. A religião da Inglaterra seria a religião da Europa e do mundo. Por isso, haveria a presença moral tão forte no seu trabalho.

O projeto de Bacon foi uma tentativa de alicerçar uma política de Estado baseada no conhecimento e na concepção divina, ou seja, a força do Estado estaria pautada no conhecimento e nas leis, sem ferir os preceitos cristãos para que fosse aceito. Por trás desse quadro, estariam embutidas diversas crenças mágicas e divinas, ambições de poder e de salvação, além da tentativa de uma própria construção do protestantismo baseado no saber, principalmente no que tange a concepção moral.

A política de Estado de Bacon é também uma política social que tem como objetivo um ideal social que busca na ciência e na tecnologia o “progresso” da humanidade para sua redenção. Buscaremos no livro conceitos e concepções do pensamento de Bacon, em meio aos acontecimentos sociais econômicos e religiosos. Essa obra parece chave para compreender seu projeto, pois a classificação das coisas é uma tentativa de espelho do mundo. Por isso, parece importante explorarmos sua classificação e o modo de ver o conhecimento em busca das relações dessas com o todo.

CAPÍTULO 2. A REFORMA INGLESA

2.1 Historiografia da Reforma Protestante na Inglaterra

A obra de Bacon, mais do que filosófica, está inserida nos debates políticos e religiosos de seu tempo e, por isso, é importante compreender o quadro histórico de sua obra, pois esses aspectos se mostram presentes na base de seu discurso.

No entanto, sabemos que há uma complexidade e uma grande quantidade de trabalhos existentes sobre o tema, o que nos leva a ressaltar que nosso propósito é apenas de trazer alguns elementos históricos para situar a publicação da obra de Bacon.

Para a análise do livro, é importante buscar os aspectos relacionados a uma sucessão de fatores anteriores à formação de Bacon e da sociedade inglesa que passou por diversos conflitos políticos e religiosos. E diante disso, refletir sobre como o conhecimento e a ciência nesse momento haviam sido limitados sob temas e instituições.

As ideias de Bacon faziam parte não apenas da área da ciência, mas de aspectos relacionados a toda sociedade. Em nosso entendimento, a construção do discurso de Bacon foi uma tentativa de conseguir concretizar uma política de Estado, visando à contenção de conflitos das linhas de pensamento religiosas, a fim de consolidar uma nova política e um novo tipo de poder alicerçado na lei e na força do Estado, apoiados na moral e na crença divina. Contudo, mais do que isso, seu projeto e concepção de saber e as ideias relacionadas à sua filosofia estavam intrinsecamente ligados às suas crenças religiosas.

Para descrever o momento histórico, temos, necessariamente, que passar pela Reforma Protestante e pelo estado da Coroa inglesa do final do século XVI, pois essa passagem histórica do século anterior estrutura as relações e conflitos religiosos, sociais, políticos e culturais da Inglaterra no momento da escrita de Bacon.

No entanto, ao tratarmos desses aspectos, não os veremos como uma linha sucessória de eventos, mas como um processo, assim como argumenta Collinson (1994). Para o autor, a reforma não foi um acontecimento, ou uma série de eventos, mas um processo que se deu ao longo de três séculos, a partir de 1378 até 1688, e mais enfaticamente ao longo de 1600. Há indícios de que a Inglaterra foi se tornando um país predominantemente protestante mais do que católico no decorrer desse período.

Além disso, desde o final do século XV, diversas críticas foram fundamentais em direção a uma defesa de uma igreja nacional por causa da fragilidade da Igreja romana, incluindo nisso a fraqueza dos papas e a secularização das terras da igreja (ELTON, 2008, p. 1).

Na historiografia da Reforma Protestante da Inglaterra, existem algumas questões não consensuais e, como exemplo, podemos citar a dificuldade que se tem para distinguir entre entendimentos simpáticos aos católicos e simpáticos aos protestantes. De um lado, a morte da Inglaterra católica, dada como processo negativo, político e impopular e de outro, do lado dos protestantes, a Reforma acaba sendo entendida como “algo bom” (COLLINSON, 1994, p. 81).

Para Scarisbrick (1992 *apud* COLLINSON, 1994, p. 82), homens e mulheres inglesas não queriam uma reforma e demoraram a aceitar quando isso ocorreu, dando uma ideia de que isso havia sido algo imposto.

Christopher Haigh (*apud* COLLINSON, 1994, p. 83) sugere que a Reforma não foi apenas um evento e que para analisá-la é preciso saber se ela foi politicamente imposta, se foi realizada sob um ato de Estado, um escrito de um historiador ou uma mudança espontânea e voluntária no sentimento religioso das pessoas daquela sociedade.

Aproximamo-nos da tendência, e por isso levantamos alguns autores sobre o assunto, de que esse processo não teve uma razão ou causa objetivamente específica. É importante, porém, destacar e dar uma ideia das várias tendências e linhas de pensamento pelos quais esse momento é compreendido.

A História da Inglaterra nos séculos XVI e XVII é cercada pelos conflitos das forças políticas e religiosas atuantes que se relacionavam diretamente às mudanças sociais. Dickens (1964), por exemplo, afirma que a Reforma foi uma negociação entre os altos e mais baixos níveis sociais e da hierarquia política e entre centro e interior do país.

Segundo Bessoit (1971) alguns fatores no século XVI, como a invenção da imprensa e o crescimento industrial, trouxeram mudanças no campo da ciência e da religião. E ideias que não eram tradicionalmente aceitas tomaram força e se tornaram um desafio à Igreja estabelecida.

Mas, além disso, um importante movimento se deu com o humanismo por volta do século XV que, segundo Hill (2012), foi capaz de incentivar mudanças de pensamento, retomada de filosofias antigas e trouxe consigo uma ideia de reforma das convicções e principalmente do conhecimento.

Com o movimento humanista, houve ainda uma ênfase na tradução de obras antigas, em especial, sobre a tradução da bíblia. Com a possibilidade de reinterpretar as escrituras, houve maior questionamento do Catolicismo. E assim, proporcionou um pouco mais de liberdade para as práticas do conhecimento científico e força para o estabelecimento de outras crenças que nesse momento coexistiam.

Outras crenças e filosofias antigas também foram resgatadas e fizeram com que uma multiplicidade de ideias se contrapusesse a uma tradição de estudos imposta pela Igreja católica nesse período.

Rossi (2006) e Simon (1979) vão destacar no humanismo o autor Juan Luis Vives (1492-1540)⁷ que tinha como ideologia uma reforma da educação e do desenvolvimento científico e que, apesar de diferenças de ideias, vai estar presente mais tarde como uma das influências no projeto de Bacon.

A reforma protestante inglesa é marcadamente humanista e se deu de forma pouco pacífica, pois esse processo gerou diversos conflitos e não ficou livre das execuções.

É importante estabelecer ainda que a leitura realizada desse período, marcada pelos conflitos religiosos, possui alguns problemas centrais que devem ser considerados, como aponta Elton (1990). Primeiramente, porque é preciso reconsiderar a visão de um triunfo do progresso com o estabelecimento da reforma religiosa. E segundo, é que, principalmente na Inglaterra, não houve uma reforma radical como sugere o termo. Visto que o rompimento com Roma, somado aos anseios da sociedade, se deu por questões políticas e pessoais do rei Henrique VIII. E somente mais tarde é que o protestantismo ganhou forças reais de rompimento com o poder de Roma (ELTON, 2008).

Apesar de todo esse processo ter contado com execuções e forças de embate que geraram diversos conflitos, Collinson (1994, p. 88) sugere que as palavras que podem caracterizar o processo da reforma são implementação, negociação e internalização, ao invés de imposição como sugerem outros autores. Para ele, houve um grande acordo e o governo Tudor utilizou seu poder de persuasão, especialmente nos condados civis do sul e do oeste.

⁷ Juan Luis Vives nasceu na Espanha e foi um teórico humanista que se opusera aos escolásticos. Ele foi grande influente da educação humanista. Um dos seus objetivos foi de apresentar objetivos e o escopo do conhecimento para propósitos educacionais, baseando-se em estudos clássicos. Assim como Francis Bacon que foi da chamada tradição de conhecimento do fazedor (maker's knowledge), que diz respeito à capacidade de fabricar ou construir o conhecimento, segundo Pérez-Ramos. (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2012)

Ou seja, toda essa questão diz respeito à relação complexa de crenças e do poder de negociações.

A Reforma não era um movimento por liberdade, mas o que ocorreu é que o protestantismo vinha para rejeitar uma particular autoridade, a da Igreja e dos Papas, mas que ao negá-la não deixou de se submeter à outra forma de poder (ELTON, 2008, p. 4).

Segundo Elton (2008, p. 1-2) havia, por um lado, uma Igreja universal que detinha um poder sobre as monarquias. E por outro, diversas outras crenças que por serem contrárias ao catolicismo eram chamadas de hereges e estavam ligadas às classes mais baixas como a dos tecelões, por exemplo. Essas crenças e práticas anteciparam um grau à negação da igreja universal.

A Reforma na Inglaterra é um tema que traz diversas complexidades em seu estudo, pelas diversas visões que autores ao longo do tempo vêm trazendo para tentar compreender como se deu o processo nesse período.

MacCulloch (1991) argumenta que a reforma trouxe algumas mudanças na sociedade inglesa a respeito das leis e da constituição, da arquitetura das igrejas, da moral, da economia, da política social e da cultura popular e das elites. E de modo mais distante teria trazido ainda implicações para a língua, noções de tempo, de espaço e de percepções de identidade nacional.

Mas, ao mesmo tempo, o autor questiona o modo como historiadores contam a história da Reforma. Pois alguns tópicos podem ser observados na literatura sobre o tema que responsabiliza alguns eventos que auxiliam a localização no tempo para contar esse momento histórico, como as medidas constitucionais do rei Henrique VIII, como o Ato de Supremacia (1534), a dissolução dos monastérios⁸, e a publicação do *The Book of Common Prayer* de Thomas Cranmer⁹. O autor lança o questionamento que se um livro poderia ser o fator ou ponto principal para o desdobramento do processo da Reforma.

Estamos longe de encontrar um consenso entre os historiadores sobre o tema. E isso dá uma ideia do confuso período e das relações conflituosas que foi esse período na Inglaterra. Elton (1977 *apud* COLLINSON, 1994, p. 83) escreveu que, em 1553, a nação inglesa estava próxima a se tornar protestante e acredita que a falha do reino de Maria foi importante para a retomada e força protestante. Uma saída às contestações feitas e de forma mais clara

⁸ Foram processos de repressão dos monastérios e conventos, nos âmbitos administrativos e jurídicos ocorridos entre 1536 e 1541 no reinado de James V através de taxaões. AS terras dos monastérios eram importantes para a Igreja pelo *status* de domínio territorial.

⁹ Livro de sacramentos e preceitos religiosos lançado em 1522, revisto e publicado posteriormente em 1559.

compreender a Reforma, seria a contagem da população católica e protestante através de fontes como testamentos, anuários de contabilidades de taxas e despesa feita pelos guardiões da igreja, gravações de alterações de tecidos de igrejas e moveis feitos pela igreja. Com isso, foi possível perceber que no final no século XV havia mais protestantes do que católicos. De modo que os historiadores puderam medir o progresso contando cabeças.

Protestantes construíram antipatia ao sacerdócio e se apoiaram numa cultura anticlerical - termo emprestado no século XIX da política francesa. Anticlericalismo era uma força popular da Reforma, popular no sentido de maioria de pessoas (COLLINSON, 1994, p. 87).

Dickens (*apud* COLLINSON, 1994, p. 89-90) afirma que foi no final dos anos de 1570 que houve alguns sinais de um tipo de revolução cultural protestante ou uma internalização da Reforma, que seria o momento em que o pensamento do pagamento do purgatório começa ser encarado como uma superstição.

Segundo ele, propagandistas protestantes se sentiram livres para adaptar a mídia cultural da época, ainda um período católico, para seus próprios propósitos e se utilizavam dos meios: bíblicos, morais, dramas satíricos e músicas populares. Entre 1580 e 1630 houve muitos conflitos morais, culturais, políticos e religiosos. Isso envolveu conflitos pela supremacia entre facções, o que resultou em supressão de passatempos, a reforma dos hábitos e a execução do sabbatarianismo¹⁰.

Nesse momento, em que há uma massiva ponderação de ideias, filosofias e crenças em jogo, Bacon inicia a formação de suas ideias que, como veremos, é formado de forma singular através de um círculo de influências e que consagra seu projeto da Grande Instauração, mas que carrega esse desejo de reforma, como a busca de filosofias divinas mais libertadoras ao conhecimento do que havia sido o Catolicismo, como a expansão da expressividade e atuação do homem no mundo. Podemos ver que o esforço para divulgação de seu trabalho faz parte de uma tentativa de impor suas ideias sobre outras.

O processo longo da Reforma não foi apenas ascensão de uma religião, mas proporcionou um debate sobre a crença e com mais força o catolicismo e o protestantismo. Bacon, apesar de fortes influências puritanas, vai encontrar suas próprias crenças que serão a base filosófica de seu trabalho.

¹⁰ Também chamado sabbatismo, ela é a prática de guardar um dia da semana, no caso, o sábado. Para Hill (2012, p. 93) os puritanos viam importância nesse hábito, pois estava associado a “pregação, a leitura da Bíblia e preces feitas em casa [...]”, muitos também consideravam como um descanso semanal regular apropriados para os ritmos da sociedade industrial.

Além disso, as mudanças culturais se modificam proporcionando mudanças na organização social.

Na próxima seção, tentaremos esmiuçar melhor quais foram os pontos de seu pensamento e em que linha filosófica se apoiou. Para evidenciar pontos importantes do processo da reforma e situar a política inglesa, faremos um breve relato de acontecimentos ainda sobre esse período.

2.2 Reforma na Inglaterra

De maneira geral, no âmbito do governo se localizam alguns princípios no qual costuma ser contada a história da Reforma Protestante, a partir de acontecimentos que marcam sua localização no tempo e que vão ser as referências principais de negociações desse processo.

Esse período se estabelece, mais ou menos, na última fase da dinastia Tudor e início da dinastia Stuart¹¹.

A formação da Igreja Anglicana costuma ser lembrada a partir de uma imperativa atitude estadista de Henrique VIII (1491-1547)¹², que reinou de 1509 até o ano de sua morte. Como vimos, os ânimos de uma reforma vieram muito antes desse período, mas foi em seu reinado que houve um conflito direto com Roma no campo político.

Henrique VIII casou-se com Catarina de Aragão (1485–1536)¹³, viúva de seu irmão, e teve uma filha, Maria, e não um filho, como gostaria o rei. Em 1572, o rei alegou que o casamento deveria ser anulado, pois teria pecado contra a lei divina. Não se sabe ao certo se as alegações de Henrique vinham pela insatisfação por Catarina não tê-lo dado um herdeiro. O que ele alegou foi que quando se casaram, Catarina já teria consumado relações com seu irmão antes de sua morte com que foi casada. O casamento com Catarina de Aragão¹⁴ havia

¹¹ A Dinastia Tudor se refere a Casa Tudor, cuja família reinou na Inglaterra no período de 1485 e 1603, sucedida pela dinastia Stuart que inicia em 1603, com interrupção de 1649 a 1658, e em 1660 retomada com o fim do governo dessa família em 1688, e assim, dessa dinastia.

¹² Filho de Henrique VII, o qual o sucedeu, e Isabel de Iorque.

¹³ Catarina casou-se com Artur Tudor, Príncipe de Gales, em 1501, mas depois de seis meses, o príncipe morreu, deixando-a viúva.

¹⁴ Princesa da Espanha, filha de Isabel I de Castella, descendente da família real inglesa, e de Fernando II de Aragão.

sido forçado para garantir o reinado de seu irmão e depois de Henrique, já que era ela descendente da realeza inglesa (ELTON, 2008). Além disso, o rei queria o divórcio e já tinha planos para se casar com Ana Bolena (1501-1536) da França, o que mais tarde acabou se consolidando.

Contudo, a Igreja Católica, por laços fortes com a Espanha e rigidez de sua doutrina, negou a anulação do casamento. O papa poderia ter realizado a separação com base na lei canônica e isso garantiria que Henrique provasse sua devoção à Santa Sé.

No entanto, havia dois obstáculos nesse momento: o contrato realizado anteriormente com irmão de Henrique, e intimidação da família de Catarina ao papa Clemente. Esse impasse durou dois anos até que, com a real negação de Roma, o rei começa a tomar atitudes mais drásticas começando por destituir o cardeal Thomas Wolsey, que ficou no cargo durante 15 anos que foi próximo ao rei e fazia a negociação local com Roma (ELTON, 1990, p. 266-268). E então, com o apoio e consentimento do Parlamento, o rei rompe com Roma e realiza o seu matrimônio.

A disputa pela anulação do casamento do rei com a rainha Catarina foi bastante conturbada. Henrique conseguiu após negociações a aprovação do Ato de supremacia da corte no Parlamento que acabou sendo realizado em 1534. Esse Ato permitia poderes supremos ao rei sobre seu território, transferindo assim poderes do papa para a monarquia, mas essa organização ainda conferia à lei canônica romana a fiscalização de outros assuntos.

Essa é uma de algumas das decisões e formulações que aparecem na literatura sobre o processo da reforma. Além do ato de Supremacia, outro importante evento foi a tradução de Tyndale do novo e do antigo testamento, primeira tradução para o inglês e produzida em massa pela imprensa que assimilou diversas versões da Bíblia. Essa obra não era oficial da Igreja de Henrique VIII, mas acabou se tornando a verdadeira voz do cristianismo inglês e do protestantismo. Sua versão só foi sucedida após um século, e depois de diversas versões (COLLINSON, 1994, p. 91).

Outra ênfase dada como importante evento à Reforma foi a publicação do já citado *Prayer Book*, de Thomas Cranmer, que era uma obra que dizia respeito principalmente a ênfase no protestantismo como um hábito ao longo da vida do fiel. (COLLINSON, 1994, p. 91). Sendo assim, o rompimento que ocorreu com Roma não fora nem mental e nem espiritual, mas político.

O protestantismo na Inglaterra pode se manifestar sob diversas tendências e alguns grupos que costumam ser lembrados e que tiveram força política são denominados de puritanos e arminianos que rejeitavam o calvinismo (BESSOIT, 1971, p. 44 e 79).

Havia um combate ao episcopalismo no organismo da Igreja, desejando substituir por um sistema presbiteriano que diz respeito à tradição da teologia reformada mais ligada ao calvinismo. É um sistema que a igreja é conduzida por presbíteros eleitos e que através de concílios zelam pela vida espiritual da igreja. Já o episcopalismo é uma organização administrativa da Igreja em que o bispo tem autoridade máxima local e é essa a forma exercida pela Igreja católica. Por isso, quando a Igreja Anglicana segue essa linha, ela acaba mantendo estrutura pré-reforma.

Assim, a Igreja Anglicana continuou a se assemelhar muito à Igreja Católica e somente no reinado da rainha Elisabeth é que a Igreja Anglicana ganhou maiores traços protestantes.

Em 1536, a rainha Ana Bolena foi acusada de traição e presa na torre de Londres, e então foi executada. Três meses depois, Henrique casa-se com Joana Seymour, antiga dama de companhia da rainha Ana Bolena. Desse último casamento, foi gerado um filho, Eduardo VI, que assumiu o reino após a morte de Henrique em 1547.

Com uma saúde debilitada, Eduardo VI morre em 1553, mas antes tenta preparar o terreno para que a Inglaterra não volte ao poder do catolicismo, nas mãos de sua irmã, Maria Tudor (1516-1559), filha de Catarina.

Houve, então, uma tentativa para eleger uma prima de Eduardo VI, Joana Grey (1536/1537?-1554) com a ideia de preservar o protestantismo, e prevenção que sua irmã subisse ao trono.

No entanto, sua tentativa fracassou e um contra-ataque foi dado na Inglaterra com Maria Tudor que reestabeleceu o catolicismo.

Maria Tudor teve um curto reinado, mas que ficou marcado, principalmente, por perseguições e execuções de protestantes, o que levou a ser chamada por seus inimigos de Maria Sangrenta. Seu governo chegou ao fim com sua morte, assim se restaurou o protestantismo em 1559 com Elisabeth, sua irmã, filha de Ana Bolena e Henrique VIII, subindo ao poder.

O reinado de Elisabeth também foi marcado por perseguições e execuções, acarretando na excomunhão da rainha pela Igreja Católica em 1570. Foi somente a partir daí que a doutrina da Inglaterra deixou de ser católica e se estabeleceu realmente como Igreja Anglicana protestante. Nesse período, ainda houve uma tentativa de organização presbiteriana da Igreja, mas fora derrotada.

Na década de 1590, ocorreram repressões que arruinaram o partido presbiteriano e o que havia sobrevivido teria sido um tipo mais amplo de presbiterianismo, mais livre do puritanismo e que agradava ao clero e a ideia da laicidade (HILL, 2012, p. 89).

Elisabeth Tudor (1533-1603) foi a última monarca da dinastia Tudor, que durou de 1485 a 1603. A filha de Henrique VIII e Ana Bolena subiu ao trono em 14 de novembro de 1558 e reinou na Inglaterra e Irlanda durante 44 anos. Seu reinado foi marcado pelo seu conservadorismo e certa tolerância religiosa. Nunca se casou e não deixou herdeiros. O que possibilitou que o próximo, após sua morte, rei James VI¹⁵ da Escócia, subisse ao trono. Iniciando assim a dinastia Stuart e agora, James I da Inglaterra. Ele teve uma educação presbiteriana, apesar de ter sido filho de Maria católica que iniciou o processo de Contra Reforma.

James era filho de Henrique VII e Maria da Escócia, irmã de Henrique VII, e teve que abdicar do trono da Escócia para sucessão de seu filho. Sua saída se sucedeu por suas convicções católicas. James I, longe de sua mãe, foi educado e forçado a seguir os preceitos do protestantismo.

O rei James I mesmo sendo protestante não se simpatizava com formas radicais do puritanismo, ao contrário de sua antecessora rainha Elisabeth I. Os católicos ficaram esperançosos quando James I subiu ao poder para que houvesse uma virada contra a Reforma Protestante, por causa de sua mãe católica que era vista como mártir da fé e devoção ao catolicismo. No entanto, eles logo se desapontaram, pois ele continuou seguindo as leis da Igreja Anglicana contra os não conformistas, mas pelo menos não os perseguia e também não tinha planos de acabar com as raízes do catolicismo (STARTER, 2002, p. 130).

O governo dos Stuarts é marcado principalmente pelo empoderamento do Parlamento e ascensão do puritanismo. É também no reinado de James I, em que Bacon ascende na carreira e publica maior parte de suas obras.

A compreensão desse contexto em que os conflitos políticos são conflitos religiosos ajuda a compreender as mudanças ocorridas na Inglaterra e o florescimento de novas filosofias e recepção de novas ideias. Os conflitos políticos e religiosos da Inglaterra como a ruptura com Roma, a força da coexistência religiosa e outros fatores políticos nesse período são fundamentais para compreensão do processo de mudanças que ocorrem no século posterior e possibilitam o discurso e a filosofia do nosso autor.

¹⁵Após a morte da rainha Elisabeth I, em 1603, sem sucessores, James VI, rei da Escócia, legítimo sucessor de Elisabeth por descendência, foi avaliado pelo “Privy Conseil” e assim nomeado novo rei da Inglaterra, unindo assim, as duas coroas (GUY, 1995, p. 96).

2.4 Bacon, filosofia e religião

Bacon não é apenas uma consequência da segunda metade do século XVI, final da dinastia Tudor. Suas ideias também fazem parte de um projeto para o XVII devido suas concepções sobre seu projeto de reforma da ciência e do conhecimento que teria profunda relação com a sociedade e com o governo.

Em sua obra, o filósofo tenta organizar forças no caráter de seu discurso que se desenvolvem no momento de sua redação e que permaneceram desconstruídas, talvez, até a Revolução Puritana. E por esse seu aspecto de projeto que seu entendimento deve ser buscado não só na história da Inglaterra durante os últimos anos de Tudor, mas também durante os primeiros anos da dinastia Stuart. Em outras palavras, sua obra tem um caráter duplo que implica tanto num documento resultante do século XVI como seu registro de forças que se tencionam em boa parte do século XVII.

Num momento de profundo questionamento religioso e num mundo que se debruçava sobre as questões de conhecimento e das novas possibilidades de atuação no mundo.

O resultado da Reforma possibilitou uma diversidade maior, dando voz a outros grupos religiosos. Mesmo que ainda em conflito, esse processo resultou numa sociedade um pouco mais complexa nas representações religiosas oficiais e possibilitou maior liberdade de atuação dos fiéis através da doutrina protestante.

Para Hill (2012, p. 101), o calvinismo trouxe liberação do senso do pecado, de desamparo, daqueles que se acreditavam os eleitos; e ainda, "encorajou o esforço, o trabalho, o estudo, um sentido de propósito". Ou seja, preparou o caminho para a ciência moderna e isso permitia certo grau de mobilidade.

Na primeira metade do século XVII, houve uma ascensão do protestantismo, e, apesar da afirmação de que a ciência deu poucos passos, talvez fosse possível afirmar que as concepções do puritanismo puderam reverter algumas tradições e que só pôde ser percebido mais tarde (ELTON, 2008, p. 4).

Alguns autores declaram que foi a partir do protestantismo que o capitalismo conseguiu espaço para seu florescimento. Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*¹⁶, de 1904, relacionou as crenças protestantes com importantes características morais para fundação de disposições do capitalismo. Em 1926, Richard H. Tawney escreveu o

¹⁶ Título original em alemão *Die protestantische Ethik und der 'Geist' des Kapitalismus*.

livro *A religião e o surgimento do capitalismo*¹⁷ sobre o novo contrato entre Estado e religião que condicionou liberdade de relacionamento entre as partes, o que também vai incluir a liberdade nas relações sociais, importantes para a caracterização do capitalismo. Além desses autores, alguns outros relacionaram a religião com transformações da sociedade.

No campo da história da ciência, podemos citar Robert Merton¹⁸ que em 1938 correlaciona a moral da religião protestante com a normatização da ciência, colocando em evidência a discussão das áreas de interesse, de crescimento, da configuração de uma nova educação e de uma nova filosofia sob influência do protestantismo.

Muitos outros autores abordariam mais tarde o tema e incorporariam novas questões compreendendo o protestantismo em questões políticas e da história da ciência.

Um ponto importante é que a ciência baconiana também estará também presente e associada ao puritanismo e às necessidades de economia em expansão (HILL, 2012, p. 111). Então, é possível compreender que ambas as filosofias, tanto a de Bacon, quanto a da religião protestante, estavam presentes na formação do pensamento da Inglaterra no século XVII.

O parlamento era formado cada vez mais por protestantes e foi assim ganhando força na primeira metade do século XVII, e seus membros foram incorporando também discursos da filosofia de Bacon (HILL, 2012).

Mas “protestantismo” é um termo um pouco vago pela multiplicidade de linhas de pensamento que esse termo traz. Pois, no momento da formulação das obras de Bacon, há uma complexidade das crenças religiosas, assim como no momento anterior à Reforma o que diferencia é que outras formas religiosas puderam garantir sua liberdade, mesmo que restritas as correntes católicas e protestantes. E isso parece trazer implicações às convicções de Bacon.

No período entre o final da dinastia Tudor e início da Stuart, as religiões são normalmente categorizadas de modo simples entre católicas e puritanas, ou ainda como papistas, protestantes e puritanos (MATTHEWS, 2008, p. 6-9).

Para o autor, essa tarefa é bastante complexa, visto que esse período acaba sendo marcado por diversas questões ligadas a filosofias e crenças religiosas diversas. Matthews (2008) compreende que nesse momento era difícil dizer quem era e quem não era católico, por exemplo, pois essa atitude poderia ser considerada como uma traição à igreja inglesa, apesar de ser essa a categoria que parece mais fácil de compreender por ter um corpo de doutrinas tradicionais e crenças mais facilmente identificadas.

¹⁷ Título original *Religion and the rise of capitalism*.

¹⁸ Tese de 1938, sob o título *Social Theory and Social Structure*.

Já o puritanismo, uma corrente protestante, não tinha uma formação de uma só divisão que os definisse. Além disso, o termo não era apenas um rótulo pejorativo aplicado àqueles que eram considerados muito radicais em seu protestantismo. Para perceber essa categoria, podemos utilizar a abordagem de categorização dos puritanos de Collinson (*apud* MATTHEWS, 2008) que parece ser consenso entre historiadores. Primeiro que puritanismo não possuía definição certa. O que os definira era de uma oposição à direção da Reforma na Inglaterra e às políticas oficiais do Estado, que foi considerada como um obstáculo à própria Reforma e seus objetivos (MATTHEWS, 2008, p. 6-9).

De maneira objetiva, é possível compreender os puritanos, como sustenta o autor, sendo aqueles que acreditavam que a Igreja Anglicana não havia rejeitado suficientemente as doutrinas romanas. Eles estavam unidos pelo fato de que eles não aceitavam as leis de Roma, e que eles compartilhavam preocupações em relação à formação da nova igreja. (MATTHEWS, 2008, p. 6-9)

Mas o puritanismo que prevaleceu do período de 1640, da chamada Revolução Puritana, ou Guerra Civil inglesa, foi um puritanismo diferente da época de formação de Bacon, pois o primeiro tinha uma relação mais radical e uma identificação desencontrada, diferente do segundo que tinha não tinha um discurso de atuação política. Para Hill (2012, p. 90), o puritanismo, de maneira geral, trazia consigo certa consciência social de que o mundo estava fora de sintonia e sua ideologia estimulava os homens a pensarem e agirem com relação aos problemas do mundo:

Os puritanos possuíam ideais elevados de integridade e de serviço à comunidade. Seus pregadores ensinavam uma doutrina de igualdade espiritual: um homem bom era tão bom quanto outro, e melhor do que um nobre, um bispo ou rei iníquos (HILL, 2012, p. 90).

Essa dificuldade em determinar o que era um puritano refletia o próprio período. Nesse momento da história religiosa, a sistematização de promover simples categorias religiosas era um desafio.

Em geral, costuma-se dar pouca importância para algumas diferenciações entre puritanos e calvinistas. Ao contrário do que recorrentemente aparece na literatura, os puritanos não tinham uma aliança direta com o calvinismo. O que poderia explicar melhor o que seria o puritanismo é que eles tinham uma associação a um ramo do Protestantismo onde

Calvino tinha uma presença mais forte, mas, apesar disso, não representaria, de fato, o calvinismo (MATTHEWS, 2008, p. 6-9).

Contudo, os Calvinistas não eram os mesmos em todos os lugares. Os pensadores calvinistas que vieram para Inglaterra e figuraram mais predominantemente na narrativa de Webster¹⁹, como Samuel Hartlib, John Conrenius, e Henry Oldenburg, que tinham Bacon como importantes referências claramente não compartilhavam a estrita interpretação da doutrina calvinista dos puritanos da geração de Bacon. Bacon não era um calvinista, mas também não era um Arminiano, o qual mantinha uma disputa com os calvinistas²⁰, e por isso foi possível que os calvinistas que dirigiram o programa da filosofia natural e a regra do parlamento e do protetorado seguissem ideias de Bacon mais tarde, sem hesitação (MATTHEWS, 2008, p. 134).

Além desses grupos já citados, outros grupos tiveram importância, apesar de minoria, e muitas vezes terem sido perseguidos pelos católicos e protestantes como os Anabatistas. Outro grupo que tinha menor variação da doutrina do catolicismo foi o luteranismo que também teve sua expressividade na Inglaterra. Em suma, à época de Bacon havia um domínio de calvinistas e minoria de não calvinistas. Os calvinistas eram um termo que denominaria a teologia reformada.

A formação de Bacon foi fortemente protestante. Sua mãe tinha posições muito fortes ligadas ao puritanismo. Curiosamente, e para sua infelicidade, não foram as crenças do filho. Mas ao contrário, talvez fosse possível dizer que o puritanismo que, como vemos, tomou forças e deu origem a Guerra Civil Inglesa pode sim ter sido influenciada pela filosofia de Bacon como acredita Hill (1989; 2012).

Anne Bacon chegou a traduzir uma obra do Latim para o inglês *Apologie of the Anglican Church*, de 1564, de John Jewel, contribuindo assim para a literatura protestante. Nos últimos anos havia certo estranhamento entre mãe e filho, o que se deve a virada do Puritanismo de Francis que desapontou sua mãe. Contudo, ele recebeu dela educação, piedade e a paixão para o correto entendimento da fé que poderia formar tudo que ele escreveu (MATTHEWS, 2008, p. 25).

¹⁹ Charles Webster, autor do livro *The Great Instauration: Science, medicine and reform*, de 1976, vai caracterizar o momento posterior a Bacon como um momento frutífero para ciência que teria sido influenciada pelo baconianismo e puritanismo.

²⁰ Os anti-calvinistas refletem o fato que eles estavam em tensão como as influências dominantes da teologia inglesa, e esses oponentes do calvinismo tem sido chamados de Arminianos (MATTHEWS, 2008, p. 11-12).

O projeto de Bacon de coletar fatos e informações para reunir um *corpus* sobre o conhecimento para ajudar a melhorar a condição do homem na terra tinha relação com a tradição protestante (Hill, 1992, p. 102).

Segundo Hill (1992, p. 125), Bacon herdou convicções calvinistas de seus pais, a respeito da prioridade da fé sobre a razão.

Bacon tinha influências protestantes, visto por suas atitudes ligadas ao protestantismo. Mas isso não o definia como protestante. Além de rejeitar o puritanismo de sua mãe, Bacon também rejeitou o calvinismo de seu tutor John Whitgift (MATTHEWS, 2008, p. 27).

A trajetória na vida adulta de Bacon ficou longe da educação puritana e do calvinismo. Mas isso era apenas uma trajetória em direção a outras crenças disponíveis para ele no final da Inglaterra Tudor. O abandono do calvinismo de sua mãe não significou o abandono do cristianismo. Bacon combateu vários problemas teológicos e ideais que eram correntes em sua sociedade e que resultou num sistema de crenças coerente que ocasionou em seu projeto de reforma do conhecimento e avanço das ciências ou sua “Grande Instauração”. Certo entendimento de que temos de ciência e a chamada filosofia natural foi construída sob influências de seus princípios básicos de seu sistema de convicções religiosas (MATTHEWS, 2008, p. 7).

Matthews (2008) encontrou indícios de que, através de seu círculo de amizades, Bacon desenvolveu um sistema de crenças crítico às filosofias religiosas da época e buscou outras religiões no qual seu trabalho estaria embasado.

Bacon, em meio a esse processo, pode incorporar as suas convicções críticas ao próprio puritanismo, mas teve como referência principal crenças antigas, resgatadas pelo movimento humanista, elaboradas por teólogos conhecidos como Pais ou Padres da Igreja, leituras e filosofias retomadas no período renascentista.

A tomada da teologia Patrística de Bacon era mais do que uma questão pessoal para ir para o próprio entendimento da fé, mas era uma tomada que é encontrada na base das discussões teológicas incorporada nos últimos escritos de Bacon sobre filosofia natural que apoiava a Grande Instauração (MATTHEWS, 2008, p. 27).

Para Harrison (2007, p. I) a filosofia de Bacon tinha objetivo da reforma, baseada na restauração da condição original do homem antes da Queda de Adão e, por isso, perfeita, de modo a reverter à condição atual a qual se encontravam num mundo de corrupções e problemas sociais.

O período compreendido entre o final no século XVI e início do XVII foi marcado por um estado de medo constante das elites e de conflitos sociais (HARRISON, 2007, p. 14). Para

Leary (1994, p.87), havia um medo irracional e exagerado, de tumultos e rebeliões. O que esses autores acreditam é que o projeto de Bacon poderia ser uma saída para reverter a desordem social.

Para Bacon, isso era parte desse mundo corruptível que foi causado pela Queda de Adão, e que através da busca do seu projeto de reforma do conhecimento, poderia reverter essa situação, ou por outro lado, pode ter sido a saída encontrada por Bacon para um controle da ordem social se utilizando de uma filosofia divina. Ambas as questões estão interligadas.

Na Idade Média e início da Idade Moderna, problemas do conhecimento e da ordem social eram considerados como sintomáticos do pecado humano. Uma das questões centrais em discussões medievais do conhecimento era da "naturalidade" de determinadas tendências humanas que seriam acarretados pela Queda de Adão do Paraíso (HARRISON, 2007, p. 50).

De acordo com Harrison, a Queda era uma questão central no século XVII na Inglaterra nos debates sobre a natureza do estado e suas leis, assim como justificativa da propriedade, desigualdade social e subordinação da mulher. (HARRISON, 2007, p. 3)

Para Matthews (2008), as crenças apocalípticas da filosofia patrística, de modo geral, podem estabelecer as ideias de restauração do Paraíso.

Em resumo, Bacon acreditava que Deus não negaria o conhecimento para os homens, mas condenaria o pecado, que seria o lado ruim do conhecimento. Adão e Eva saíram do Paraíso, apesar de terem distinguido entre o bem e o mal, desobedeceram a Deus.

Bacon parece estar bastante ligado às crenças renascentistas. Como já colocamos, Rossi (2006) e Yates (1990) encontram em seu trabalho crenças mágicas do Renascimento. Além disso, Bacon também traz outras referências ao seu trabalho como a figura de Salomão que aparece na obra *O progresso do conhecimento*, mas também vai ser enfaticamente apresentado em *Nova Atlântida* ao referir-se à Casa de Salomão como um templo de saber, o que seria, mais tarde, relacionado à ideia do que seria o projeto da *Royal Society*.

Salomão foi um rei sábio de Israel e, de acordo com as sagradas escrituras, era um acurado naturalista que escreveu sobre plantas, pássaros, peixes. Foi admirado pelo trabalho ligado ao conhecimento humano e por devoção ao conhecimento de Deus (TOPSELL *apud* HARRISON, 2007, p.122).

Os escritos de Bacon possuem diversas citações bíblicas e passagens que refletem uma crença divina. Mas ao fazer uma diferenciação das árvores do conhecimento, chegou a ser de chamado de ateu, apesar de suas raízes em crenças cristãs. Bacon em sua filosofia vai atingir tanto propósitos de um projeto de Estado como ferramenta de um controle social como proporciona uma base moral religiosa.

As ideias de Bacon sobre a ciência estavam associadas a ideias do puritanismo e às necessidades de economia em expansão e entre seus defensores estavam, sobretudo, parlamentaristas (HILL, 1998, p. 111).

A noção religiosa em Bacon pode ser explicada na crítica a Roma. Pois, ao se desligar da igreja universal, a Inglaterra poderia estabelecer um governo mais livre e legitimar a Igreja Anglicana, se desvencilhando também de outras diretrizes do pensamento, da concepção de ciência e dos propósitos para o homem e a humanidade.

Nesse sentido, a Igreja Católica seria um obstáculo ao progresso do conhecimento, pois ao concebia nas escolas apenas o aristotelismo conciliado ao cristianismo. Para Bacon, essa “ditadura” no ensino acarretaria na falta de desenvolvimento da ciência. Sua crítica ia em direção de que novos tempos exigiam mudanças e críticas à filosofia adotada para que se buscassem novos propósitos (ROSSI, 1996, p. 189).

De certa maneira, ainda perdura uma imagem de Bacon forjada no Iluminismo (Enlightenment) de um Bacon deísta ou ateu, ou a imagem de um colega da Royal Society que separou os assuntos de fé da filosofia natural e, finalmente, a imagem do sincero puritano. Matthews contextualiza o jovem Bacon se rebelando contra as crenças de sua mãe. Ele demonstra em escritos das Escrituras ou das Patrísticas, desafiando a hegemonia do Calvinismo, lutando contra a questão antiga da providência divina *versus* liberdade de vontades (MATTHEWS, 2008, p. 139).

Bacon buscou diversas crenças e filosofias divinas e criou suas próprias. Mas acreditamos que mais importante que isso foi o caminho e as influências que o humanismo e mais tarde a Reforma trouxeram para esse processo e que abriu caminho também para a aceitação de sua obra e disseminação de seus conceitos e nova concepção de ciência.

Esse processo complexo estava presente nas questões de Bacon, em publicitar seu discurso para sociedade que estava aberta, dentro daquele universo político social e religioso, novas ideias e novas formas de conceber essas novidades que percorreram o último século.

CAPÍTULO 3. O PROGRESSO DO CONHECIMENTO DE FRANCIS BACON

O *Progresso do conhecimento* de Bacon é um dos primeiros esboços de seu projeto da Grande Instauração. É onde ele lança seu discurso do novo mundo, das novas possibilidades de atuação do homem e de desenvolvimento da humanidade. Em especial, o estabelecimento de novas possibilidades de atuação do homem significa a introdução de novos modos do sujeito se entender e se produzir, e isso se dá com a construção de valores para a concepção de conhecimento, elevando o saber a uma posição onde ele se torna indispensável às tarefas exercidas pelos homens em suas relações sociais, e principalmente as de poder.

Isso significa uma transformação das condutas e da concepção de ciência de algumas ideias centrais em relação a sua prática. De acordo com Hill (1992, p. 120), dois princípios que marcaram essas mudanças foram essenciais em seu projeto.

Primeiramente, Bacon esboçou em seu projeto o senso de uma cooperação entre artesãos, filósofos e mercadores e isso era uma novidade. Como já mencionamos, seu projeto colocava a ciência sob a perspectiva da colaboração como caráter. E com esse novo modo de fazer ciência poderia resolver os problemas do Estado e das demandas mercantis através do domínio do conhecimento e aprimoramento de técnicas através da colaboração entre diferentes participantes que unia a filosofia a técnica. Segundo, Bacon uniu objetivos do conhecimento científico aos objetivos da Igreja e assim pôde separá-lo em outros aspectos; e com isso, conseguiu alcançar uma ideia de dignidade social e ao mesmo tempo um sistema filosófico para a ciência.

Essa separação é a essência do *O progresso do conhecimento*, a que vai dar sentido a toda a divisão. É o conhecimento através da perspectiva de sua natureza humana ou divina.

A cisão faz parte do projeto maior de Bacon que foi esboçado na obra *Instauratio Magna*, de 1620. Ele apresenta uma divisão de seis partes que, resumidamente, são as seguintes:

- A divisão do conhecimento que expomos diretamente nesse trabalho é um dos objetivos da *Instauratio Magna*. Bacon lança uma proposta de classificação da ciência em um plano geral de reconstrução, onde devem ser analisadas as áreas do saber que estão bem desenvolvidas e aquelas que devem ser mais bem exploradas;

- O *Novo Organon*²¹, ou diretivas relativas à interpretação da natureza, em que o objetivo é a de formação de um *Novo Organon* em contraposição ao *Organon*²² aristotélico. O Novo Organon é um instrumento para realizar interpretações em relação à natureza com o uso da razão através de seu método indutivo. Bacon realiza críticas à lógica aristotélica baseada na dedução, onde parte-se de particularidades (axiomas) para as proposições (PELTONEN, 1996);

- Os fenômenos do universo ou a realização de experiências das coisas. O conjunto dessa história natural, segundo Bacon, deve servir para fundação da filosofia que se basearia em uma produção da história natural para colher fatos diretos da natureza, atividade a que Bacon se dedicou intensamente no final de sua vida;

- A escada do intelecto: investigação dos limites e possibilidades da mente humana;

- Antecipações da nova filosofia que dizem respeito à formação de estudos e considerações do novo método, levando em conta avanços através daquilo que ele mesmo descobriu com o modo natural de raciocinar (MENNA, 2011, p. 47);

- A nova filosofia, ou ciência ativa – essa parte é dedicada ao registro e detalhamento da filosofia a ser descoberta pela interpretação da natureza.

A divisão das ciências é um dos princípios básicos de reconstrução do conhecimento e consiste em relatar os saberes existentes e suas necessidades de avanço.

O objetivo de Bacon configura-se na ideia de uma ciência operativa e de experimentação que busca o desenvolvimento do conhecimento. A separação do conhecimento humano do divino dá a possibilidade de uma nova atitude para com a natureza e com o mundo.

Bacon pouco se importava em usar matemática para suas explicações científicas. No entanto, fica clara a mentalidade de Bacon que enfatiza um projeto de uma política da ciência que vem de encontro aos anseios da sociedade.

O Progresso do conhecimento faz parte do plano maior de Bacon de enriquecer o conhecimento humano e buscar, através das invenções, poderes sobre a natureza. Com essas ideias, é importante destacar os principais pontos que vão se apresentar na obra.

Para nós, o livro tinha o propósito de ser um tratado sobre o conhecimento que deveria ser seguido como fonte de conhecimento e de moral e, para isso, ter grande alcance. Seria um instrumento de seu projeto de uma nova postura, que deveria ser perseguida tanto na ordem

²¹ *Novum Organum*, expressão em latim que foi utilizada originalmente como título da segunda parte da obra *Instauratio Magna* de 1620.

²² A ideia de *Organon* não é de Aristóteles. Ross (1937 *apud* Solmsen, p. 69, 1944) sugere que foi no século VI que aplicaram esse nome ao conjunto organizado de obras de lógica do filósofo.

prática, como moral. Essa nova postura ou modos do sujeito ou ainda uma nova subjetividade que Bacon produz em seu projeto tem a ver com a ciência prática: compreende os novos tempos, mas assegura uma intenção maior para a humanidade e dessa forma, consegue envolver os propósitos de manter a ordem social, assim com os princípios morais religiosos.

3.1 A obra e o projeto de classificação

O progresso do conhecimento foi publicado em 1605, por Henrie Tomes em Londres, e que teve atividades de 1598 a 1607. Sua impressão foi realizada por Thomas Purfoot e Thomas Creede. Foi vendido numa estalagem, Grayes Inee Gate, em Holborne. Impressa em in-quarto, possuía 168 folhas. Esse formato se configura como um material mais caro, portanto, não era economicamente tão acessível.

Foi publicado em língua inglesa, mesmo sendo Bacon fluente em latim e já ter publicado obras nessa língua. Além disso, o latim era bastante utilizado para publicações de textos científicos e filosóficos até o século XVI, sendo raras as publicações em língua vernácula (LEITÃO, 2004, p. 22).

Dessa forma, o objetivo de publicar seu livro na língua vernácula poderia se relacionar com a ideia de disseminar sua filosofia. Afinal, ele tinha como premissa o envolvimento desde os artesãos, que até então eram pouco valorizados pelas instituições ligadas à ciência, até os políticos. O envolvimento dos artesãos no fazer do conhecimento não envolveria especificamente como público alvo de seu trabalho.

Zagorin enfatiza que a publicação em inglês era a tentativa de propiciar maior circulação da obra ao público letrado que nesse período era ainda restrito a uma pequena porcentagem da população: “That he wrote it in English indicates pretty clearly that it had the practical purpose of making his ideas known to a comparatively wide audience of native readers” (ZAGORIN, 1999, p. 58).

Esse fato pode ter ligação com seus propósitos de uma projeção dos seus ideais de conhecimento, para que assim pudesse envolver mais pessoas e instituições. Afinal, seu intuito maior era desenvolver um projeto que tinha como principal intenção o progresso do

conhecimento para o bem da humanidade, e para isso teria que ter aceitação e suas ideias compartilhadas.

Por outro lado, é válido lembrar que havia na Inglaterra, no decorrer do século anterior, muitas traduções da Bíblia para a língua vernácula que era realizada por aqueles que se sentiam incomodados em ter suas crenças mediadas pela Igreja.

Bacon, consciente de seu tempo e das mudanças sociais, propõe, nessa obra, uma classificação do conhecimento onde aponta as separações e denominações do que é cada produção do conhecimento como as fábulas, os mitos e os escritos filosóficos conhecidos, comparando as produções de diferentes épocas, não com o objetivo de apontar erros, mas no entendimento de que diferentes períodos necessitam de diferentes olhares e posturas para o desenvolvimento dos saberes.

Para Faulkner (1993, p. 6), foi nessa obra que ele traçou as origens de sua reforma, dos objetivos e adequação de todas as ciências, inclusive das áreas da Ética, da Política e da Economia.

A classificação foi uma maneira encontrada para ordenar e sistematizar o conhecimento, com o objetivo de desenvolver as suas áreas menos exploradas ou as partes consideradas inexistentes, por exemplo (BACON, 2006).

A obra é composta por dois livros. No primeiro, Bacon expõe um panorama com questões e entendimento do que é o conhecimento. Ele é construído como uma espécie de argumentação a respeito da exaltação do conhecimento, indicando como ele deve ser produzido e para que propósitos devam servir, como parte do “progresso da humanidade”. O filósofo argumenta, principalmente sobre o posicionamento que se deve ter frente ao conhecimento, de como ele deve ser guiado e quais os objetivos devem ser perseguidos.

No segundo livro, é realizado um mapeamento do conhecimento de modo a traçar suas divisões de temas de estudo e também suas caracterizações, de modo a designar defeitos para que dessa forma houvesse desenvolvimento dessas áreas. Ele também será a base do livro publicado posteriormente em 1623, *Da dignidade e do aumento das ciências*²³.

De modo geral, no segundo livro é realizado um mapeamento das partes do conhecimento que apontam as condições atuais de desenvolvimento de cada uma. Se as partes estão defectivas, perfeitas ou inacabadas.

Para detalhar as áreas do conhecimento, o autor elabora critérios para essa classificação. Primeiramente ele faz separação do conhecimento em relação às três faculdades

²³ *De Dignitate et augmentis scientiarum.*

mentais, depois quanto à ação e por último quanto à natureza desses conhecimentos: História e Filosofia, teórico e prático, divino e humano.

Na divisão das ciências, Bacon realiza a divisão das funções do entendimento humano em três partes: imaginação que compreende a Poesia, razão ligada à Filosofia e a memória ligada à História. Essa divisão se diferencia das concepções de Aristóteles. Apesar de nunca ter realizado diretamente uma classificação do conhecimento, como fez Bacon, o filósofo antigo discutiu, em alguns de seus escritos, o conhecimento humano e suas divisões. É por isso que Bacon se refere diretamente a Aristóteles e rebate suas concepções filosóficas.

Em Metafísica, no livro VI, ao explicar a Física como um campo teórico, Aristóteles afirma que todo pensar é ou prático, ou produtivo, ou teórico (especulativo). Mais adiante ainda, ele diz que a ciência especulativa deve ser privilegiada em relação às outras, e a Teologia ainda mais privilegiada do que as demais áreas (ARISTÓTELES, 2005, p. 272-273, v. 2). Ou seja, haveria uma hierarquização em relação aos campos dos saberes da especulação ao saber prático, segundo as crenças aristotélicas.

Bacon se contrapõe a ideia de hierarquização dos saberes e a essa divisão e concepção dada ao conhecimento de separação do saber prático, produtivo e teórico. Pois, para ele, esses saberes se complementariam e a divisão deveria ser feita de acordo com a natureza de suas fontes, como mencionamos: a memória, imaginação e a razão.

De acordo com Olivieri (1991, p. 1993, p.62-67), Bacon não seria o primeiro a identificar memória, imaginação e razão como três faculdades dominantes da razão, pois essas três faculdades já haviam sido mencionadas na obra *De natura hominis* de Nemesius Emesenus²⁴, num comentário em Galeno²⁵, e Bacon haveria seguido essa tradição. Nessa obra, as faculdades são divididas em imaginação (ou fantasia), razão e memória. Nemesius localiza fisicamente a imaginação no lobo frontal do cérebro, a razão na parte do meio, e a memória na parte posterior.

É importante deixar claro que em seu trabalho, Bacon utilizou muitas das ideias em referências a pensadores anteriores a ele. Seu discurso resgata diversas ideias de diferentes épocas e configura algo que, para ele, se aproximasse de seu tempo ou, mais especificamente, a de um futuro ideal.

Outra referência da classificação do conhecimento baconiano encontra-se na Idade Média com o Arcebispo da Inglaterra Robert Kilwardby (1215-1279). Sua visão vinha de uma orientação cristã. A partir das obras de Aristóteles, ele dividiu a filosofia especulativa que

²⁴ Foi um filósofo cristão que viveu por volta do século IV.

²⁵ Médico, farmacêutico e filósofo grego que viveu por volta do século II.

estaria toda ligada às coisas divinas em três tipos: Filosofia Natural, Matemática e Filosofia Divina. A Filosofia Especulativa, juntamente com a Filosofia útil para a vida (Ética, Mecânica e Gramática), constituía a própria filosofia que, para o filósofo medieval, tinha distinção de três partes: o conhecimento divino, necessário para salvação; a Filosofia que, apesar de não ser primordial como a primeira, ajuda a buscar a verdade e uma vida honesta; e a terceira parte era o conhecimento mágico. Para o filósofo essa última arrebataria a pessoa da vida honesta e da salvação e, portanto, deveria ser negada (KUSUKAWA, 1993, p. 49-50).

Nos séculos XIV e XV, os humanistas estavam preocupados com a reforma da educação e com o uso da linguagem pela falta de sofisticação. Por isso, recorreram aos estudos e classificações antigas. Essa concepção promoveu os estudos nas áreas da Gramática, Retórica, Poesia, História, e Filosofia moral, sendo elas, para eles, como essencial e útil para a vida ativa do cidadão. Juan Vives criticou a filosofia especulativa pela falta de utilidade. Vives afirmou que o conhecimento humano era importante para frear paixões e melhorar condutas morais. Seu objetivo era uma reforma da educação e da moral da sociedade, sem que isso tivesse uma intervenção da Igreja. O esquema de Vives do conhecimento era baseado na literatura clássica e na orientação secular pragmática (KUSUKAWA, 1996, p. 50-51).

Para Kusukawa (1996, p. 51), Bacon, a partir desses esquemas anteriores de classificação do conhecimento, em resumo - o aristotélico, o medieval, e humanista - criou seu próprio esquema do conhecimento.

O trabalho de Bacon se caracteriza justamente por essa percepção e clareza de síntese das diferentes linhas de pensamento sobre o conhecimento e compreensão de mudanças culturais ao recriar sua própria visão de mundo.

A classificação de Bacon mais do que uma ordem, diz respeito ao método da ciência, ao olhar e à maneira como deve ser a construção desse conhecimento, de quais os limites e de que forma deve ser abordada cada parte, pois, para ele, o conhecimento, na concepção aristotélica, era algo único e cada parte formaria um todo amarrado, onde as áreas eram próximas umas das outras.

A necessidade de mudança sentida por Bacon vinha da falta de desenvolvimento do conhecimento em diversas partes e isso ocorria muito por uma tradição que o filósofo criticava que só abordava o estudo das concepções aristotélicas na ciência e na educação até então.

“A classificação tradicional das ciências apresenta-se a Bacon como sendo construída segundo um ideal de perfeição formal que esgota em si qualquer conteúdo possível e tolhe, portanto, qualquer possibilidade de desenvolvimento” (ROSSI, 2006, p. 167).

A isso, Bacon se refere ao modo de ensino que não convida a crítica e nem proporciona descoberta e colaboração, pois nesse momento a ciência, para Bacon, estava fechada e sistematizada, de acordo com o modo que se tratava a filosofia aristotélica que limitava e condicionava a pesquisa (ROSSI, 1996, p. 166-167).

Com essa perspectiva, ele procura encontrar algumas características da construção do pensamento que estará presente na ciência moderna, como o seu papel e de que forma ela deve ser realizada:

[...] não haviam nascido nem a figura, nem a mentalidade, nem a função social do cientista moderno, nem as categorias, os métodos, os experimentos da ciência moderna, nem as instituições nas quais e das quais vive a pesquisa (ROSSI, 2006, p. 63).

Uma questão que se estabelece é a denominação dos papéis do conhecimento que Bacon vai construindo em seu discurso. A classificação do conhecimento no livro abordado questiona as concepções sobre o conhecimento que, na mentalidade de Bacon, já estavam ultrapassadas frente às mudanças do mundo e reflete os papéis das instituições e dos praticantes que mais do que objetivos individualistas, tinham uma moralidade a perseguir como propósito.

Essas duas principais estruturas, o conhecimento humano e o conhecimento divino, são subdivididos cada uma de maneiras muito similares. Bacon vê o conhecimento como um todo, ou seja, suas partes estão interligadas umas às outras, como aponta Kusukawa (1996):

“As Bacon himself stressed, his classification, however, was not intended merely to establish separate and independent branches of knowledge, but it should rather be considered as ‘vein and lines’ running across a sphere” (KUSUKAWA, 1996, p. 47).

Bacon prescreve ainda uma condução de onde e de como o conhecimento deve ser tomado e instruído, de como ele deve ser pensado, conduzido e para quais razões deve ser realizado. Diante disso, pensar o conhecimento diferentemente dessa proposição, para Bacon, seria mais do que um erro ou uma vanidade, mas uma imoralidade. Para ele, a finalidade desse trabalho era a de satisfazer os eruditos oferecendo-os sabedoria para uso e administração do conhecimento (BACON, 1857–1874, p.184).

De acordo ainda com Kusukawa (1996), as classificações anteriores eram diferentes da que ele propõe, pois essa seria a de Bacon mais alargada. Ao longo do livro, Bacon realiza uma descrição e um mapeamento da sua proposta de classificação.

As partes do conhecimento humano seriam divididas nas partes do entendimento do homem que ele chama de sede do saber, como mencionamos. Seriam elas: a história que emanaria da memória, a poesia que emanaria da imaginação e a filosofia emanada da razão. Dessas três principais áreas, partiriam as demais áreas. O conhecimento divino teria, para ele, a mesma divisão da História, sendo a teologia ou História da Igreja que consiste também na História da Igreja, a parábola que seria a poesia divina e a doutrina ou preceito sagrado, também chamado de profecia na figura. A partir dessa descrição de Bacon, tentaremos explorar categorias criadas para compreensão dessa classificação do conhecimento.

A outra separação que Bacon faz é do conhecimento divino ou Teologia Sagrada que se funda na palavra ou no Oráculo de Deus e faz a separação da Natureza da revelação e do assunto revelado (BACON, 2007, p. 310).

Dessas três áreas emanadas da mente humana é que se originariam as outras. A partir disso, podemos ver na figura 1, a representação das classificações de Bacon e as ramificações das áreas do conhecimento, uma árvore para o conhecimento humano e outra para o divino, e as duas mostradas com suas respectivas divisões:

Figura 1 - Representação das duas árvores de Bacon

Fonte: Darnton (1986, p. 274)

Bacon não chegou a fazer um esquema figurativo de sua classificação. Apenas apresentou descrições no livro *The Advancement of Learning* e depois em *De dignitate et augmentis scientiarum*.

Nesse esquema figurado por Darnton (1986), é possível visualizar todas as áreas apontadas por Bacon e suas separações. E que no Livro II serão descritas por Bacon com todos os propósitos, falhas e negligências que, para ele, os estudiosos vinham causando.

A classificação para Bacon poderia ser observada como um instrumento da construção de ciência, pois para ele, a utilidade desse trabalho teria:

[...] duas razões de grande peso: a primeira, a de corrigir a parcialidade dos axiomas e opiniões, que regularmente se fundamentam apenas em exemplos comuns e familiares; a segunda, porque partindo dos prodígios da natureza é como melhor se descobrem os prodígios da arte e se ascende a eles; pois é seguindo e, por assim dizer, acossando a Natureza em seus extravios, que depois se a pode reconduzir ao mesmo lugar (BACON, 2007, p. 114)²⁶.

Para ele, seu trabalho, que tinha como precedente o de Aristóteles, possuiria essas duas grandes utilidades: a de corrigir parcialidades de axiomas e a de perseguir e interpretar a natureza. A classificação e organização do conhecimento indica um caminho de estudos. Seria, portanto, a classificação um instrumento não apenas de administração como ele cita no começo da obra, mas uma proposta de observar o conhecimento através de sua filosofia e de encarar sua classificação como um instrumento das ciências. Primeiro, através das utilidades citadas, segundo, pela maneira de observar as áreas do conhecimento e desenvolver os ramos defectivos.

A obra, além da proposição de uma classificação do conhecimento, demonstra também a construção da imagem da ciência com lugares e propósitos definidos.

3.2 Conhecimento divino e humano

A separação da religião e da ciência era fundamental para possibilitar um avanço, já que a ciência se considerada divina limitaria o trabalho operativo que Bacon estava propondo. Esse pensamento estava apoiado na oposição da ideia de um conhecimento integrado às concepções divinas que permitia apenas sua contemplação, sem a possibilidade de realizar operações do conhecimento sobre a natureza.

²⁶ [...] two reasons, both of great weight; the one correct the partiality of axioms and opinions, which are commonly framed only upon common and familiar examples; the other because from the wonders of nature is the nearest intelligence passage towards the wonders of art: for it is no more but by following and as it were hounding nature in her wanderings, to be able to lead her afterwards to the same place again (BACON, 1857–1874, p. 185).

Bacon propõe uma mudança de perspectiva diante de uma visão da Renascença, onde a raiz do divino estava em todo conhecimento. Para ele, deveria se separar o conhecimento divino, que não poderia ser contestado, e o humano que seria a leitura do livro do mundo a ser compreendido e explorado pelo homem. Ele não foi o primeiro a pensar sobre essa perspectiva, mas foi um dos que mais obteve sucesso nas tentativas de reclassificação do conhecimento da época (BURKE, 2003, p. 94).

A separação do conhecimento e da religião parece mudar algo. Com essa divisão há a liberação de certos limites que vão conferir identidade ao sujeito científico caracterizando-o, principalmente, por sua possibilidade de atuar nos dois campos (o científico e o religioso), sem que as autonomias de ambas entrem em confronto.

A partir disso, é importante perceber alguns pontos principais dessa separação do conhecimento que tanto reflete sobre os fins do conhecimento como seu modo de operação.

Seu sistema de formação de classificação tem referências centrais em Platão e Cícero. Platão serve como referência principal de seu método indutivo e da experiência, mas também como modelo para reinterpretação de sua divisão e Cícero sobre a unidade do conhecimento (WHITNEY, 1986, p. 63)²⁷.

Além disso, como já vimos, Bacon tem um processo de formação religioso e filosófico ligado aos Padres da Igreja e à filosofia cristã retomada no período do Renascimento que vai influenciar na direção tomada para realizar sua classificação.

E sua base filosófica, como mencionamos, é baseada nos esquemas anteriores aristotélicos, medievais e humanistas. Através dessas referências, Bacon organiza e coloca em prática suas críticas desses modelos de pensamento desenvolvendo seu esquema.

Contudo, sua classificação foi toda embasada em argumentos e críticas que o ajudaram a constituir os ramos de cada conhecimento, além de justificar o uso, sua concepção e suas justificativas.

Após essas justificativas, é possível partir para o próprio livro de Bacon e encontrar elementos necessários para o entendimento dessa separação entre o conhecimento divino e humano.

Primeiramente, Bacon estabelece os propósitos de sua divisão do conhecimento e, para isso, ao mesmo tempo em que ele busca justificar a importância do conhecimento, ele também adverte para que isso não signifique seu ilimitado uso. A concepção de conhecimento deve

²⁷ Mas apesar disso, esses dois autores são bastante criticados no trabalho de Bacon por problemas teóricos de sua filosofia, como acusados de verbalismo (ROSSI, 2006).

estar ligada a obediência de sua ponderação e à caridade para não ir a fundo à palavra de Deus a ponto de levantar questionamentos e criar dúvidas a seu respeito:

[...] que homem algum, por um fraco conceito de sobriedade ou mal aplicada moderação, pense ou mantenha que se pode pesquisar demasiado longe ou ser versado em demasia no livro da palavra de Deus ou no livro das obras de Deus, em teologia ou em filosofia; mas antes aspirem os homens a um avanço ou progresso ilimitados em ambas; cuidando, isso sim, de aplicá-las à caridade, e não ao envaidecimento; ao uso, e não à ostentação; e também de não misturar ou confundir imprudentemente esses saberes entre si (BACON, 2007, p. 25).²⁸

A presença da religião e da moralidade do sujeito do conhecimento caracteriza a separação do livro das obras e da palavra de Deus, evidenciando a dissociação do conhecimento divino das obras de Deus. Propondo que os homens realizem obras a partir da leitura da natureza, obra divina, e que atuem sobre ela.

Além disso, os homens não devem ir longe demais no estudo da palavra de Deus, pois podem cometer erros e frágeis argumentações, levando a uma arrogância em relação ao conhecimento divino. A busca do conhecimento deve ser pautada na moralidade para o progresso, buscando a utilidade, a caridade para que seja evitado o orgulho e a ostentação.

É nesse momento que Bacon defende sua separação entre o conhecimento divino e humano. E recorre aos escritos de São Paulo nas Escrituras, ao afirmar que o conhecimento de Deus não deve ser especulado para que não sejamos seduzidos pela vã filosofia (BACON, 2007, p. 22).

Nesse sentido, o conhecimento humano é aquele que deve ser trabalhado e investigado e, por isso, o conhecimento divino deve estar livre de inquéritos humanos, pois estes não conseguiriam chegar à altura da sabedoria divina (BACON, 2007, p. 136).

Para expressar sua sistematização, Bacon se utiliza da metáfora de uma árvore do conhecimento, em que o tronco do conhecimento divino estaria separado do conhecimento

²⁸ [...] let no man, upon a weak conceit of sobriety or an ill-applied moderation, think or maintain than a man can search too far or be too well studied in the book of God's word or in the book of God's works; divinity or philosophy; but rather let men endeavour an endless progress or proficience in both to charity, and not to swelling; to use, and not ostentation; and again, that they do not unwisely mingle or confound these learnings together" (BACON, 1857–1874, p. 97).

humano e as partes do conhecimento seriam os ramos para que, dessa forma, fosse possível compreender essa divisão.

Burke (2003, p. 82) argumenta que a árvore²⁹ foi um termo chave do século XVI e da Idade Média para explicar as partes do conhecimento. Exemplos do uso da metáfora árvore podem ser vistas em Lúlio, em Porfírio e nos jesuítas³⁰.

No livro *O progresso do conhecimento*, Bacon menciona essa ideia da árvore ao explicar a Filosofia³¹ que emana da razão, ao abordar o lugar que ocupa a *Philosophia Prima*:

Mas, dado que as distribuições e divisões do conhecimento não são como as várias linhas que se tocam em ângulo, e assim se reúnem num ponto, mas sim como os ramos de uma árvore, que antes de separar-se e diferenciar-se, confluem num tronco que em sua dimensão e quantidade é inteiro e contínuo, é, assim, conveniente, antes de passar à distribuição citada, estabelecer e constituir uma ciência universal, que, com o nome de *Philosophia Prima*, filosofia primitiva ou suprema, seja como a via principal ou comum que há antes que os caminhos se dividam e separem (BACON, 2006, p. 136).³²

A *Philosophia prima*, ciência dos axiomas, segundo Bacon, é a filosofia primeira, uma filosofia universal, filosofia primitiva ou suprema. É a via principal ou comum do conhecimento que está antes onde os caminhos se dividem e se separem. São para Bacon três conhecimentos que daí emergem: Filosofia divina, Filosofia natural e Filosofia humana. Para ele, todas as coisas estão marcadas com esse caráter triplo que interliga o poder de Deus, a diferença da natureza e a utilidade do homem.

Em Aristóteles, a concepção que diz respeito à Metafísica³³ tem um caráter mais abstrato e transfere ao divino o princípio primeiro e supremo do saber e difere ainda do que

²⁹ Em história cultural essa convenção ou naturalização apresenta-se como um fenômeno, forjando os objetos da cultura como se fosse uma descoberta da natureza (BURKE, 2003, p. 82).

³⁰ Em Kusakawa (1996, p. 55) é citada a classificação do jesuíta espanhol Benito Pereira (1535-1610).

³¹ Filosofia é a terceira parte do entendimento humano, sendo as duas outras, já citadas História e Poesia.

³² But because the distributions and partitions of knowledge are not like several lines that meet in one angle, and so touch but in a point; but are like branches of a tree that meet in a stem, which hath a dimension and quantity of entireness and continuance, before it come to discontinue and break itself into arms and boughs; therefore it is good, before we enter into the former distribution, to erect and constitute one universal science, by the name of *Philosophia Prima*, Primitive or Summary Philosophy, as the main and common way, before we come where the ways part and divide themselves [...] (BACON, 1857–1874, p. 206-207).

³³ Os termos que constituem a Metafísica aristotélica é pluridimensional, e isso vale para o conceito que define “Metafísica” ou “Filosofia primeira”, como é chamada originalmente em suas obras, que ao longo dos catorze livros, é determinado de quatro modos diferentes (REALE, 2005, p. 37, v. I). “[...]”

propõe Bacon que coloca, sob o leque da *Philosophia Prima*, as áreas de conhecimento também operativas.

Bacon atribui outro sentido para Metafísica. Para ele, havia confusão entre os termos até o momento. Pois, a *Philosophia Prima* é o progenitor de todo o passado, e para ele, a Metafísica é um ramo da ciência natural, ao lado da Física, assim como também se diferencia da Teologia natural que havia sendo colocado no mesmo conceito. A Metafísica deve estudar o que é abstrato e fixo, e a Física o que está inserido na matéria. E ainda, Teologia natural estaria no conhecimento humano, pois através da percepção dos sentidos que o homem tem o entendimento das criaturas divinas (BACON, 2007, p. 145-147).

Essa separação pode habilitar o homem à investigação da natureza e também atuar sobre ela, com o uso de técnica para compreender o uso de invenções de modo a dispor de melhorias para o bem estar da humanidade.

Para Whitney, Bacon argumenta que a filosofia natural deve ser subordinada ao sentido e a razão de Deus e os sentidos devem ser confiados somente dentro dos limites, porque, nas palavras de Bacon, o testemunho da percepção é sempre realizado para medir o homem e não o universo. Isso também impõe a Bacon a separação entre humanidade e natureza, que permite natureza ser objeto da investigação humana, uma ideia derivada em parte da distinção que Agostinho estabeleceu entre ciência (*scientia*) e sabedoria (*sapientia*). Como Whitney nota, Bacon se atenta para preservar a integridade da natureza como signo de Deus, e permite assim a leitura certa desse sinal através da ciência (WHITNEY, 2011 *apud* CORDEL, 1986, p. 87).

Agostinho diferencia a sabedoria atribuída à contemplação dos bens eternos e a ciência, a ação que nos permite fazer bom uso dos bens temporais. Essa diferenciação é realizada através de sua leitura das escrituras, como explica:

O que se entende por sabedoria, pode também, a rigor, ser chamado ciência, como acontece naquela passagem em que o Apóstolo diz: Agora o meu conhecimento é limitado, mas depois conhecerei como sou conhecido (1Cor 13, 12). Por esse conhecimento deve-se entender a ciência da contemplação de Deus, que será a suprema recompensa dos santos. Mas onde está dito: a um, o Espírito dá a mensagem da sabedoria; a outro, a palavra da ciência, segundo o mesmo Espírito (ib. 12, 8), não há dúvida que o Apóstolo faz

são três os ramos da filosofia teórica: a matemática, a física e a teologia. Com efeito, se existe o divino, não há dúvida de que ele existe numa realidade daquele tipo. E também não há dúvida de que a ciência mais elevada deve ter por objeto o gênero mais elevado de realidade. Enquanto as ciências teóricas são preferíveis às outras ciências, esta, por sua vez, é preferível às outras duas ciências teóricas” (ARISTÓTELES, 2005, p. 273, v. II).

distinção entre as duas realidades, embora não explique em que se diferenciem e como podemos distingui-las (AGOSTINHO, 1994, p. 387).

A partir dessas duas realidades, mesmo que pouco explicativa nesse contexto, vai possibilitar algumas reflexões sobre o entendimento da ciência e da sabedoria para Agostinho. Ele irá concluir que a sabedoria é o conhecimento das realidades eternas e a ciência estabelece o conhecimento racional da realidade temporal. E afirma ainda que a primeira, sem dúvida, tem preferência à segunda (AGOSTINHO, 1994, p. 392).

Desse modo, a mente humana e a sabedoria devem ter uma humilde consciência do que deve permanecer desconhecido e o que não. Deve haver contemplação das Criaturas de Deus e dos trabalhos produzidos. Essa limitação mantém a separação entre o divino e o humano de modo que o domínio da criação pré-queda pode ser restaurado pelas artes e pelas ciências para um avanço e restauração da humanidade. Reciprocamente, a razão humana é libertada do desespero do entendimento de Deus e da fé que não é mais necessária para investigações sobre a natureza. (CORDELL, 2011, p. 88)

Essa linha de pensamento da filosofia cristã vai permitir a Bacon realizar uma reflexão para sua filosofia que vai identificar as novas possibilidades de desenvolvimento dos estudos e das operações técnicas.

Outra característica já enfatizada no trabalho de Bacon é a ligação do conhecimento com a prática, antes pouco reconhecida. Essa visão é visível na classificação e explicação de cada área. Aqui, a Filosofia natural estabelece o encontro do conhecimento com a prática e da prática com o conhecimento.

Filosofia natural deve ser operativa para o enriquecimento e benefício da vida humana, de modo que surjam práticas inventivas nas indústrias, e que existam vínculos e transferências entre eles. Isso pode trazer iluminação mais real e verdadeira sobre as causas e axiomas que até agora se alcançou nesse momento histórico (BACON, 2007, p. 117).

Nesse ponto, Bacon vai enfatizar o uso da Mecânica e dá exemplo da Filosofia natural que pertence a essa área, e que é fundamental para a construção de invenções a partir da natureza que pode ajudar ao desenvolvimento humano e melhorar as suas condições.

Bacon, ao falar de seus objetivos, descreve seu ideal de conhecimento:

“[...] meu intento é, sem verniz nem exagero, pesar honradamente a dignidade do conhecimento posto na balança com outras coisas, e calibrar seu verdadeiro valor mediante testemunhos e argumentos divinos e humanos” (BACON, 2007, p. 63).³⁴

Bacon, desse modo, separa o conhecimento, mas reúne novamente como algo único argumentando sobre a complexidade do seu valor. Os argumentos divinos e humanos são, portanto, de naturezas diferentes, mas são parte reconhecida de sua concepção de conhecimento criada por Deus e que devem ser unidas enquanto partes de um todo.

Desse modo, a dignidade do conhecimento deve ser buscada primeiramente em seu arquétipo ou primeiro modelo que são atributos e atos de Deus, na medida em que são revelados. E ele diferencia todo saber adquirido e em Deus todo conhecimento é original; e, portanto, temos que buscá-lo sob outro nome, o de sabedoria ou sapiência, como o chamam as Escrituras (BACON, 2007, p. 64).

Bacon faz a principal divisão do conhecimento, colocando de um lado o conhecimento humano e suas partes e deixando uma parte muito menor ao conhecimento divino, que, embora mais importante, assim como ele menciona, não se deve indagar essa parte tão profundamente por insuficiências do conhecimento humano.

As limitações do conhecimento humano, segundo ele, seriam três:

A primeira, ‘que não situemos nossa felicidade no conhecimento a ponto de esquecer nossa mortalidade’. A segunda, ‘que apliquemos nosso conhecimento de modo que nos dê repouso e contentamento, e não inquietude ou insatisfação’. A terceira, ‘que não tenhamos a presunção de, pela contemplação da natureza, alcançar os mistérios de Deus’³⁵ (I CORÍNTIOS 8,1 *apud* BACON, 2007, p. 22).

A passagem demonstra como deve ser especulado o conhecimento, com limites e consciência do que e como deve ser buscado. Pois o conhecimento não deve ser presunçoso e o amor deve suplantar o conhecimento.

³⁴ [...] my intent is, without varnish or amplification, justly to weigh the dignity of knowledge acquired, and all knowledge in God is original: and therefore we must look for it by another name, that of wisdom or sapience, as the Scriptures call it (BACON., 1857–1874, p. 136)

³⁵ The first, *that we do not so place our felicity in knowledge, as we forget our mortality*. The second, *that we make application of our knowledge to give ourselves repose and contentment, and not distaste or repining*. The third, *that we do not presume by the contemplation of nature to attain to the mysteries of God* (BACON, 1857–1874, p. 95-95).

O conhecimento, de acordo com essa concepção, deve mostrar a necessidade do equilíbrio do homem com a natureza e com as crenças divinas que permitem aceitação e contentamento.

As concepções tradicionais gregas e de correntes cristãs reconhecem Deus como causa final. A ciência de Bacon rejeita causa como explicação, mas o processo de descoberta científica reafirma o velho padrão e propósito. Deus é a indução universal do sistema de conhecimento de Bacon (WHITNEY, 1986, p. 70).

Não reconhecer Deus como causa final, libera o pensamento do homem para que não precise se submeter seu conhecimento à verdade divina, mas esse pensamento em Bacon procura reafirmar sua devoção. Por isso, evidencia sua divisão entre divino e humano e que para reconhecer Deus em seu pensamento, ele utiliza os objetivos do conhecimento aos da caridade.

O conhecimento, para Bacon, não deve ser ir longe de mais na palavra de Deus com mal aplicada moderação, pois deve se cuidar para aplicá-lo primordialmente à caridade. (BACON, 2007, p. 25).

Dessa forma, os homens devem manter suas crenças em Deus, aceitar as verdades encontradas na Escritura e deve pensar no bem na humanidade. Para isso, deve se utilizar as práticas de ciência e do conhecimento e o que implica a verdade divina é guiar a atitude a partir de propósitos de caridade e de suas virtudes.

O conhecimento humano, para Bacon é aquele que deve se concentrar nas atitudes e operações de investigação com a natureza, e que ele tenta deixar perceptível em sua classificação.

Já o conhecimento divino ou Teologia sagrada é a doutrina da religião e só pode ser alcançada por inspiração ou revelação de Deus (BACON, 2007, p. 311).

E por isso, entra a aplicação da razão na religião que pode ser pela apreensão dos mistérios de Deus que nos foram revelados, por expressões perceptíveis que Deus nos revela, ou pela dedução e derivação de sua doutrina que nos permite usar a razão para realizar argumentações de acordo com seus ensinamentos de acordo com suas Escrituras, sendo possível para isso, realizar interpretações (BACON, 2007, p. 312). Bacon coloca em evidência importantes características de sua filosofia sobre seu método indutivo.

Para Rossi (1996, p. 32), em resumo, a Teologia estuda o conhecimento do livro da palavra de Deus e a Filosofia natural trata do livro do trabalho de Deus. O livro das escrituras revela o desejo de Deus e o livro da natureza, seu poder.

Bacon esboça de maneira evidente sua principal separação, em linhas gerais, entre ciência e religião.

Essa separação era importante para Bacon, pois a confusão de esses saberes pode acarretar em dúvidas ou em invenção fantasiosa, como o autor aponta:

Assim, não devemos tentar baixar ou submeter os mistérios de Deus à nossa razão, mas pelo contrário, elevar e adiantar nossa razão até a verdade divina. De modo que, nesta parte do conhecimento referente à filosofia divina, estou tão longe de observar deficiência, que, antes pelo contrário, observo excesso sobre o qual me permiti uma digressão pelo extremo preconceito que tanto a religião como a filosofia receberam e podem receber por misturar-se, de onde forçosamente há de sair uma religião herética e uma filosofia imaginária e fabulosa (BACON, 2007, p. 141).³⁶

O conhecimento divino é um conhecimento perfeito e por isso, não devemos tentar submeter a verdade divina à nossa razão. Assim, as questões de fé e a filosofia, portanto, não devem ser confundidas. A contemplação da natureza deve confirmar a existência de Deus para que se possa enxergar o poder de Deus.

Isso liberta o homem para que, de um lado, não questione a existência de Deus e coloque cada conhecimento em seu lugar. E de outro, através do poder de Deus sobre a natureza consigamos desvendar seus mistérios e proclamar a ideia de florescimento e construção através da ciência.

Para Hill (1992, p. 127-129) Bacon deu as atividades dos cientistas uma sanção moral mais socialmente aceitável do que o mero utilitarismo. E isso se dá justamente porque ele não rompe com a mentalidade social, mas dá força às questões estabelecidas.

Bacon, através dessa separação, consegue manter vivas as crenças nas tradições cristãs, mas permite se desvencilhar do pensamento que limitava as ações operativas do conhecimento no mundo.

É nessa divisão que Bacon reflete sua concepção de conhecimento e carrega toda tradição desse conceito sob nova perspectiva que demandou o período.

³⁶ So as we ought not to attempt to draw down or submit the mysteries of God to our reason; but contrariwise to raise and advance our reason to the divine truth. So as in this part of knowledge touching divine philosophy, I am so far from nothing any deficiency, as I rather note an excess: whereunto I have digressed, because of the extreme prejudice and may receive by being commixed together; as that which undoubtedly will make an heretical religion, and an imaginary and fabulous philosophy (BACON, 1857–1874, p. 213).

Não vamos nos estender a toda classificação que Bacon fez e das separações dos conhecimentos. Para nós, o importante é compreender sua visão e perceber a ligação com seus propósitos, seu projeto e seu meio social, percebendo isso como um produto cultural de seu tempo.

Os aspectos culturais de seu trabalho vão, sem dúvida, projetar nova atitude que, embasado no conhecimento, vão transformar as instâncias estruturais dos sentidos e de disposição dos homens.

A classificação do conhecimento de Bacon cria um esquema de todo o conhecimento que serve como guia da sua concepção da ciência.

3.3 Apresentação e comentários sobre a “dedicatória ao rei”, no livro *O progresso do conhecimento*

A dedicatória de um livro pode apresentar diversos significados. Segundo Chartier, a dedicatória nos livros entre os séculos XVII e XVIII podia ser utilizada como um instrumento de solicitação de favores e ainda poderia se configurar numa [...] figura pela qual o príncipe se vê louvado como o inspirador primordial, o autor primeiro do livro que lhe é apresentado – como se o escritor, ou o sábio, lhe oferecesse uma obra que, de fato, é a dele (CHARTIER, 2000, p. 199).

A dedicatória de Bacon é oferecida diretamente ao rei James I e o indica como principal protagonista de seu projeto.

Em seu oferecimento, Bacon apresenta o significado da obra e expõe implicações e motivos de seu gesto ao rei. O texto presta homenagem à intelectualidade do homenageado e enfatiza as qualificações de sua sabedoria. O rei é digno de sua posição, principalmente por apresentar consciência da importância do conhecimento, e por isso, pode compartilhar as convicções que Bacon reflete em sua obra.

Das diversas qualificações que Bacon vai expressar nessa entrada do livro, a primeira impressão é que Bacon busca atrair o rei como aliado de seu projeto ao elogiar seu conhecimento e sabedoria, declarando que essa obra deveria ser assinatura do rei (BACON, 2007, p. 18). Talvez mais do que isso, busca encontrar na figura do rei uma voz da

consolidação da nova Inglaterra, e de poder político em potencial encontrando forças em seu projeto.

Como vimos, Bacon procura durante sua vida uma posição privilegiada no governo para ajudar na consolidação de seu projeto. Esse gesto parece justificar suas intenções na conquista de um forte e principal aliado para consumação de seu plano e com o intuito de conseguir melhor cargo. Assim como Bacon havia tentado aproximação no reinado de Elisabeth. Dentre seus escritos diretamente à rainha estão *Carta de Conselhos*, e um *Conselho sobre as controvérsias da igreja da Inglaterra*³⁷, escritos direcionados à rainha Elisabeth quando já era membro do Parlamento.

Outra hipótese da dedicatória é de que compreendia um gesto de compartilhamento da obra, simbolizando ideais de um governo, de uma sociedade e de uma aspiração do progresso da humanidade como propõe o título do livro.

A dedicatória pode ser não apenas um oferecimento da obra como forma de homenagem, mas como um gesto de apoio ao projeto do avanço do conhecimento que Bacon vem construindo. Dedicar ao rei poderia simbolizar que seu projeto seria um ato político configurado no compartilhamento das ideias do filósofo com o rei James I.

Bacon deixa claro que o gesto é um presente voluntário ao rei, o que seria muito diferente se tivesse cometido alguma penalidade e que o levaria a prestar obrigação de cumprir um dever.

O autor menciona que existem duas formas, sob a Lei, de beneficiar o rei: uma seria o sacrifício por alguma penalidade cometida ou por tributos a serem pagos como obrigação à Coroa e ao Estado, ou a outra, sob a forma de oferendas voluntárias, como seria o caso desse oferecimento que ele apresenta:

“[...] pude crer preferível optar por alguma oblação que pudesse antes referir a propriedade e excelência de vossa pessoa individual, do que os assuntos de vossa coroa e Estado³⁸” (BACON, 2007, p. 15).

Bacon enfatiza os objetivos de sua homenagem contrariamente a uma obrigação, talvez por, anteriormente à ascensão do rei, ter sido acusado de traição por causa de seu amigo Essex, tendo, posteriormente, que se redimir perante o rei com uma carta se explicando sobre o ocorrido. Poderia também enfatizar o oferecimento da obra como um gesto desinteressado.

³⁷ *Letter of Advice to the Queen* e *An Advertisement Touching the Controversies of the Church of England* de 1584 e 1589, respectivamente.

³⁸ [...] I thought it more respective to make choice of some oblation which might rather refer to the propriety and excellency of your individual person, than to the business of your crown and state. (BACON, 1857–1874, p. 87)

Esse gesto aparentemente desinteressado poderia ser a busca por uma recompensa como uma troca. Talvez um cargo que seria um busca de Bacon nesse momento, poderia ser o objetivo de Bacon para que dessa maneira conseguisse colocar seu projeto do conhecimento em prática. Mais do que um cargo seria uma posição que levasse a cabo seu projeto. Ele seria o líder das mudanças que conduziriam à Grande Instauração.

Bacon oferece um livro como um presente de afeto e se refere a sua obra como um tratado. Ele fala isso no final da dedicatória, onde menciona que [...] não podia fazer à Vossa Majestade melhor oblação do que a de um tratado [...] (BACON, 2007, p. 18).

Esse trecho aponta explicitamente para a compreensão do texto como um tratado que diz respeito à veneração do conhecimento e sua difusão para seu avanço, e a de compreender as obras realizadas até então. Um tratado que remete a algo formal necessário e de estudo complexo.

No trecho que segue é apresentada a necessidade de aumentar e disseminar o conhecimento e por isso deve ser realizada análise das obras publicadas, objetivos que se referem às duas partes do livro como pode ser observado a seguir:

[...] a primeira referente à excelência do saber e do conhecimento, e a excelência do mérito e verdadeira glória que há em seu aumento e propagação; a segunda, relativa a quais sejam as ações e obras específicas que tenham sido postas em prática // e empreendidas para o progresso do conhecimento, e também a quais defeitos e imperfeições encontro em tais ações específicas [...] ³⁹ (BACON, 2007, p. 18).

No primeiro livro, os objetivos religiosos e do progresso do conhecimento, já eram conhecidos como projeto principal do filósofo.

O segundo propósito do livro que ele aponta na dedicatória, seria de mostrar quais foram os atos em relação ao conhecimento que tiveram esses propósitos reais e quais os erros cometidos. Dessa forma, ele extrapola a ideia de dividir e realizar um mapeamento do conhecimento. E também mensura os objetivos que ele reporta sobre a finalidade religiosa e sobre o avanço que o estudo de determinada área trouxe.

³⁹ [...] I did conclude with myself, that I could not make unto your Majesty a better oblation than of some treatise tending to that end ; where of the sum will consist of these two parts : the former concerning the excellency of the merit and true glory in the augmentation and propagation thereof [...] (BACON, 1857–1874, p. 90-91)

O discurso proferido por Bacon tem um lugar e uma posição privilegiada de onde fala, com intenções políticas muito claras, a nosso ver. Num sistema orgânico, ele seria porta voz de ideias de uma sociedade, onde ele, como filósofo e líder intelectual, teria grandes privilégios.

Ele fala por si, e por uma cultura intelectualizada em que está inserido. Seu projeto é um programa social, mas que não tem propósitos com as classes sociais, embora pareça garantir lugar privilegiado à sua posição social e cultural.

Outra informação importante que é possível perceber nessa dedicatória é sobre sua posição de pacificador entre as religiões que Bacon já demonstrava na Carta de Conselhos para a rainha Elisabeth que havia escrito anteriormente. Bacon explicitamente rejeita uma política de perseguição violenta aos católicos romanos. Para Leary (1994, p. 89), Bacon achava que isso só construiria mártires, o e que traria resultados opostos ao que pretendia.

Não haveria oposição de sentidos entre os dotes naturais e o saber do rei. E ele cita sutilmente a origem do rei, já de pais católicos, separado deles quando pequeno e tendo tido uma educação protestante.

E tanto mais porque se encontra em Vossa Majestade uma rara conjunção de letras divinas e sagradas, bem como de profanas e humanas; de modo que vossa Majestade esteja investido daquela triplicidade que com grande veneração se atribuía ao antigo Hermes; o poder e a fortuna de um rei, a sabedoria e a iluminação de um sacerdote, e o conhecimento e a universalidade de um filósofo⁴⁰ (BACON, 2006, p. 18).

Hermes é citado em comparação à sabedoria e ao poder do rei. Em 1614, Isaac Casaubon (1559-1614) identificou os escritos herméticos cuja autoridade era dirigida a Hermes Trismegisto, conhecido como um antigo sacerdote egípcio, mas que na realidade foi descoberto depois que esses escritos eram posteriores à era cristã e a autoria não se referia a um único homem, mas a de diversos autores. A magia dos magos e o platonismo renascentista se alicerçavam nessa filosofia hermética (YATES, 1990, p. 440-441).

Como Rossi enfatiza em seu trabalho, Bacon tem diversas influências mágicas o que contradiz a ideia de um Bacon fundador da modernidade. Yates também aponta em *Nova*

⁴⁰ And the more, because there is met in your Majesty a rare conjunction as well of divine and sacred literature as of profane and human; so as your Majesty standeth invested f that triplicity which in great veneration was ascribed to the ancient Hermes; the power and fortune of a King, the knowledge and illumination of Priest, and the learning and universality of a Philosopher (BACON, 1857–1874, p. 90)

Atlântida que a cidade utópica criada nessa ficção de Bacon tinha influências herméticas ou hermético–cabalistas (YATES, 1990, p. 494).

Bacon tem suas raízes fundamentadas no Renascimento. Suas crenças se alicerçavam principalmente em filosofias antigas, não apenas nas tradições mágicas, mas na crença na filosofia dos Pais da Igreja, como aponta Matthews, ou ainda na busca de uma redenção da queda de Adão como afirma Matthews (2008) e Yates (c1972).

No trecho a seguir, ele continua:

Esta qualidade inerente e atributo pessoal de Vossa Majestade merece ser expressa não apenas na fama e na admiração dos tempos presentes, nem na historia ou na tradição das eras vindouras, mas também em alguma obra sólida, memorial fixo e monumento imortal, trazendo um caráter ou assinatura tanto do poderio de um rei quanto da singularidade e da perfeição deste rei⁴¹ (BACON, 2006, p. 18).

Bacon demonstra nesse trecho que vislumbra sua obra para além de seu tempo, como uma referência. Suas raízes filosóficas no Renascimento demonstram o reconhecimento dos antigos. E ao mesmo tempo em que Bacon retoma os clássicos, ele também busca olhar para o futuro e aspirar mudanças culturais necessárias para a sua época.

Bacon, nessa primeira parte, mostra claramente suas convicções em relação ao que espera da obra. Tanto na busca de aceitação, como na exposição de ideias que se figuram como uma justificativa científica e cultural através de suas referências.

3.4 Apresentação e Análise dos Livros I e II

3.4.1 Subjetividades e dignidade

Primeiramente, julgamos importante destacar as dificuldades desse trabalho por tratarmos de uma obra de tempo e local distantes. Por isso, salientamos que nesse ponto,

⁴¹ This propriety inherent and individual attribute in your Majesty deserveth to be expressed not only in the fame and admiration of the present time, nor in the history or tradition of the ages succeeding; but also in some solid work, fixed memorial, and immortal monument, bearing a character or signature both of the power of a king and the difference and perfection of such a king (BACON, 1857–1874, p. 90)

nosso objetivo é apenas explorar e elucidar algumas questões levantadas no discurso contidas na obra de Bacon para compreender temas que estavam presentes na sua construção e no momento de sua fala. Para que dessa forma possamos buscar sentido em suas noções de ciência, conhecimento, classificação e suas inter-relações.

No capítulo anterior, mencionamos uma nova subjetividade possível do sujeito encontradas nas exposições de Bacon e que também estavam presentes na mentalidade social do período.

Essas subjetividades se referem, principalmente, a ideia de atuação do homem frente ao conhecimento que será configurada numa proposta de estabelecer quais atitudes são necessárias para que o conhecimento seja reconhecido fora das antigas limitações religiosas.

O primeiro ponto que Bacon vai ponderar no livro é a relação do conhecimento com a dignidade. O autor introduz os homens à nova postura que, após separar o conhecimento divino do humano, seria necessária, de modo a estabelecer novas direções de atuação.

No primeiro capítulo, Bacon descreve como compreender a dignidade do conhecimento para superar seus mitos frente aos descréditos e à ignorância:

[...] para desembaraçar o caminho e, por assim dizer, fazer silêncio para que os testemunhos verdadeiros referentes à dignidade do conhecimento sejam mais bem ouvidos, sem a interrupção de objeções tácitas, creio de bom alvitre livrá-lo dos descréditos e infâmias de que tem sido objeto; procedentes todos eles da ignorância; mas da ignorância severamente disfarçada, mostrando-se ora no zelo e suspeita dos teólogos, ora na severidade e arrogância dos políticos, ora nos erros e imperfeições dos próprios sábios (BACON, 2007, p. 19).⁴²

Para o autor, o conhecimento tem uma relação estreita com a dignidade, que poderia ser entendida como uma legitimidade do conhecimento, que é concebida como oposta àquilo que ele vai chamar ignorância, ou seja, que seriam crenças das pessoas contrárias a compreender o conhecimento como algo a ser perseguido.

Bacon demonstra, nessa exposição, a proposição de um novo sujeito que tem uma postura frente às relações de conhecimento. Ele argumenta tanto a favor do conhecimento,

⁴² [...] to clear the way, and as it were to make silence to have the true testimonies concerning the dignity of learning to be better heard without the interruption of tacit objections, - I think good to deliver it from the discredits and disgraces which it hath received; all from ignorance; but ignorance severally disguised; appearing sometimes in the zeal and jealousy of divines, sometimes in the errors and imperfections of learned men themselves (BACON, 1857-1874, p. 91).

mas também como deve ser essa relação que o homem deve ter com o conhecimento para ser reconhecido.

O trabalho de Bacon sugere a conceituação de uma visão e atitude, bem como de certa postura de um sujeito que chamaremos de sujeito científico, estruturado sob um tipo de conhecimento organizado.

Nesse sentido, Bacon irá, ao longo de sua obra, descrever o sentido do conhecimento para as atividades principais dos homens. Seria, portanto, o discurso sobre um homem que, antes de tudo, atribui dignidade ao conhecimento a seguir certas posturas. Esse homem é visto então como livre de falhas de caráter, como sentimentos de inveja e ignorância. É, por fim, um discurso sobre as relações político religiosas da sociedade em que se insere, tentando compreender os objetivos compartilhados para o bem estar dos homens no mundo.

O tema da formação de um sujeito não é explícito nesses termos em Bacon, mas toda sua exposição e argumentação tornam-se mais claras, quando entendidas a partir desse ponto de vista. Para ele, há um tipo de comportamento que é subsidiado pelo conhecimento. Ele tenta justificar, a partir desses papéis, a importância do conhecimento para todas as tarefas, por ele explorada, a fim de compreender uma ordem social.

E Bacon justifica seus propósitos a partir de tradições do pensamento da filosofia patrística⁴³ retomadas pelos humanistas, principalmente pelos escritores Thomas More e Juan Vives (CORDELL, 2011). Sua visão cristã vai estabelecer uma forte referência em seu discurso que toma a filosofia cristã a fim de fundamentar seus argumentos sobre sua formulação sobre o conhecimento.

⁴³ Reflexão cristã do período dos séculos II a VII em que seu perfil filosófico é concebido pelos chamados Padres da Igreja. Sua abordagem tem um significado autônomo e vai além do uso do vocabulário dos filósofos gregos e latinos. Os problemas considerados pela filosofia patrística estarão presentes também no pensamento medieval e moderno e que, ainda hoje, continuam sendo indagados pela filosofia (MORESCHINI, 2008). “Da religião cristã nasceu assim a filosofia cristã. Esta tomou também como objectivo conduzir o homem à compreensão da verdade revelada por Cristo, de modo a que ele possa realizar o seu autêntico significado” (ABBAGNANO, 2010, p.70).

3.4.2 As vantagens do conhecimento

3.4.2.1 Os religiosos

Bacon descreve, no primeiro livro, os enganos que os homens podem ter, de acordo com suas atividades principais. Ele descreve *a priori* três tipos de sujeitos: os teólogos, os políticos e os sábios.

Esses três sujeitos seriam aqueles que têm o conhecimento como fonte principal para engendrar suas tarefas, de acordo com seus cargos e postos.

A partir de sua construção do sujeito, Bacon os categoriza e argumenta quanto às falsas visões que poderiam se confrontar aos objetivos do verdadeiro conhecimento.

Para ele, os teólogos, ou “homens da religião” devem admitir o conhecimento com cautela e limitação, pois do contrário podem atrair o pecado.

Além disso, as crenças da filosofia patrística estão presentes no discurso de Bacon, pois ela tem como tema principal a concepção do pecado original. Esse resulta na queda do homem por causa do conhecimento excessivo, pois o “[...] conhecimento tem em si algo de serpente e, portanto, ali penetra no homem e o faz inflar – *scientia inflat* (conhecimento incha) [...]” (BACON, 2007, p. 19)⁴⁴.

Bacon contrapõe-se a visão errônea de que o conhecimento excessivo pode corromper e causar heresia e ateísmo, utilizando a continuação dessa passagem para confirmar seu argumento.

Para Bacon, o conhecimento é infinito, pois ninguém nunca empreenderá todo o saber do mundo, uma vez que existem muitos inconvenientes que se colocam como obstáculo, como a própria brevidade da vida. E o problema do excesso do conhecimento seria pela qualidade desse conhecimento, pois ele deve vir atrelado à caridade e deve se ter claro que o conhecimento divino e seus mistérios nunca serão alcançados. As causas que devem perseguir os sentidos são as primeiras, mais elevadas, referentes a Deus, e não as causas segundas, as mundanas (BACON, 2007, p. 22-25).

Para Bacon, o que causou a queda do homem e sua expulsão do paraíso foi o conhecimento orgulhoso do bem e do mal, o que o levou a não depender dos mandamentos de

⁴⁴ [...] Knowledge hath in it somewhat of the serpent, and therefore where it entereth into a man it makes him swell [...] (BACON, 1857–1874, p. 4).

Deus, mas a exaltar o contrário do que seria o conhecimento puro da natureza e universalidade (BACON, 2007, p. 20).

Como vimos, Bacon acredita na tradição que interpreta a queda do homem como o momento em que a mente humana perdeu a consciência da verdade. A tradição diria que Adão possuía a perfeita filosofia, na qual a mente humana foi originalmente desenhada para saber a verdade, mas surgiram os impedimentos como consequência da queda, e isso deveria agora ser revertido para que esses erros pudessem ser identificados e neutralizados (HARRISON, 2007, p. 4).

Além disso, citando a Bíblia (Coríntios 8:1), Bacon explica que o conhecimento deve ser guiado pela intenção da caridade e se aproximar da palavra e obras de Deus para que fiquem longe da ostentação e vaidade. Com a restauração do conhecimento, no caminho certo, os homens podem se recuperar e buscar de volta a consciência da verdade, pois o “conhecimento incha, mas a caridade constrói”.

A ideia do conhecimento atrelado à caridade é legado da tradição da filosofia patrística. A salvação de um conhecimento orgulhoso é a caridade.

Para Cordell (2011, p. 86) as noções de Bacon sobre a caridade do conhecimento, noção de verdadeiro e falso, e vã filosofia são esboçadas primeiramente por Paulo⁴⁵ na passagem de *Coríntios 8:1*. Depois, são comentadas pelos filósofos Irineu e Agostinho⁴⁶ e por fim aparecem nas polêmicas anti-escolásticas do humanista cristão Thomas More⁴⁷ e de Juan Vives, que viveram poucas décadas antes de Bacon.

No *O progresso do conhecimento*, Bacon traz ideias cristãs e humanistas sobre a natureza do conhecimento orgulhoso e caridoso e isso permite uma delimitação e autorização para os limites e usos da filosofia natural (CORDELL, 2011, p. 90).

No século II, Irineu de Lyon escreve a obra *Contra Heresia*⁴⁸ para combater o Gnosticismo, e esse trabalho é editado em 1526 por Erasmo de Roterdão. Irineu busca em

⁴⁵ As cartas de S. Paulo foram direcionadas a várias comunidades cristãs e contém, além da apologia da doutrina fundamental de Cristo, conceitos fundamentais da expressão da nova religião. Um dos principais valores expressos nas suas escritas é, sem dúvida, a caridade (MORESCHINI, 2011, p. 73). Paulo ocasiona o primeiro encontro entre filosofia grega e cristianismo em seu discurso no Areópago (Atenas) (MORESCHINI, 2011, p. 12).

⁴⁶ Aurélio Agostinho (354-430), o Agostinho de Hipona, e conhecido como Santo Agostinho. Era filho de Patrício, pagão, e Mônica, cristã, da qual sofreu profunda influência. Foi um dos mais influentes filósofos da Filosofia Patrística e foi chamado de o Platão cristão, pois renova no espírito do cristianismo a investigação da fé, fundamental da especulação platônica (ABBAGNANO, 2010, p. 126-127).

⁴⁷ Thomas More (1478-1535) nasceu em Londres. Humanista cristão foi preso e executado no reinado de Henrique VIII por não apoiar as decisões do rei. Sua grande obra literária foi *Utopia*.

⁴⁸ *Adversus Haereses*.

Paulo ideias sobre a necessidade do conhecimento para ser caridoso através dos ataques contra o conhecimento gnóstico que para ele era orgulhoso, retórico e sedutor. Em seu argumento Irineu se utiliza justamente da passagem proverbial de *Coríntios 8:1*. Ambas as tradições buscam o controle do conhecimento orgulhoso (CORDELL, 2011, p. 90-92).

Os mesmos argumentos de ataque ao conhecimento orgulhoso dos gnósticos foram utilizados mais tarde pelos humanistas para combater os escolásticos.

Influenciado por essa tradição, Vives foi importante referência de Bacon. Para ele, a caridade é objetivo de todo o conhecimento e o estudo da natureza deve ser perseguido. Vives acreditava que tal estudo, para que não se tornasse opressor, deveria fazer uso da caridade (CORDELL, 2011, p. 95).

Além da caridade, a ideia de qualidade do conhecimento também vai aparecer nessa passagem, fazendo menção às ideias dos humanistas cristãos e de suas referências.

O cristianismo primitivo serve para renunciar a um tipo de conhecimento teológico usado pela Igreja e para atacar comportamentos heréticos e mundanos. Bacon usa essa parte não somente para reconciliar o conhecimento com a religião, mas também para demonstrar os caminhos em que o cristianismo endossa o conhecimento secular, ou mais especificamente a filosofia natural (CORDELL, 2011, p. 102). A filosofia natural tanto é permitida como referenciada no Livro de Deus, sob suas instruções.

Ainda em relação aos teólogos, Bacon vai argumentar sobre a crença desses sujeitos de que muito conhecimento pode ser perigoso, e que pode levar o homem a cair em tentações e à corrupção por isso. Para ele:

[...] a capacidade e o alcance da mente humana, é manifesto que não há perigo algum de que a proporção ou quantidade de conhecimento, por grande que seja, a faça inchar // ou sair de si; não, mas sim que é qualidade do conhecimento, tanto se é mais como se é menos, se é tomado conhecimento sem seu corretivo próprio, que traga em si algo de veneno ou malignidade, e alguns defeitos desse veneno, que são ventosidade ou inchaço (BACON, 2007, p. 21-22)

Para Bacon, são a qualidade e o tipo de conhecimento que devem ser observados. As virtudes devem ser relacionadas ao conhecimento e de modo algum a quantidade é prejudicial, mas sim os defeitos que os objetivos e a própria ciência traz.

A relação que Bacon propõe do sujeito religioso com o conhecimento é resultado da sua busca das raízes divinas do saber concebido pelo cristianismo. É o que permite o

conhecimento pela sua qualidade e pelos propósitos de caridade. E isso será a base direta de seu projeto de Instauração.

O projeto de Instauração de Bacon está alinhado ao seu profundo engajamento com a Bíblia e as doutrinas cristãs. São esses elementos que vão conceituar e definir suas ideias filosóficas. Segundo Whitney (1989, p. 371) o termo Instauração remete à restauração do templo de Salomão e edificação espiritual. De acordo com o autor, Bacon pode ter adotado o termo depois de ver *Progymnasmatum Instauratae Astronomiae (Exercise of Renovated Astronomy, 1602)*, de Tycho Brahe que tem a *Instauratio Magna* dedicada ao Rei James VI, da Escócia, na época. Whitney, recorrendo ao pensamento de Erwin Panofsky⁴⁹, somente uma rica linguagem bíblica e religiosa poderia sustentar a profunda regeneração do conhecimento como propunha Bacon. Essa linguagem vai utilizar o termo "Instauração" como ressonância de Salomão, o complexo padrão de referências bíblicas que utiliza ao longo de seus escritos (CORDELL, 2011, p. 98).

A relação da religião com o conhecimento se torna mais libertadora com a Reforma. Bacon tenta traduzir esses ensinamentos para defender a indagação filosófica e para prescrever uma nova forma de vinculação com o mundo e com as coisas divinas.

Ele traz, com isso, a tradição cristã filosófica, para se apoiar e conseguir dessa forma unir os conhecimentos, traduzindo e interpretando convicções da Igreja como base de seus discursos para formação da nova subjetividade que propõe. Esse novo sujeito que irá percorrer, mais do que as indagações, as criações técnicas do mundo para sua transformação, sem abandonar o caminho divino.

3.4.2.2 Os políticos

Na segunda parte, Francis Bacon analisa a relação do conhecimento com os políticos. Segundo ele, esses homens poderiam se enganar e achar que a ciência poderia causar indisposição dos homens frente às coisas do governo e da política, ou os desviar dos esforços

⁴⁹ Erwin Panofsky (1892-1968) foi um historiador de arte alemão que buscou a compreensão do pensamento moderno no Ocidente. Seu trabalho consistiu entre outras coisas, em compreender a importância das humanidades e natureza do conhecimento. Seu pano de fundo para essas discussões vinha do entendimento profundo do significado do Renascimento e outros períodos como o moderno, chegando a afirmar que apesar de consistente e compreensível o conceito moderno é abstrato.

da ação e dos negócios e ainda poderia persuadir os jovens a se afastarem da reverência às leis.

Para Bacon, seria um engano pensar que o conhecimento causaria indisposição, indolência, ociosidade e isolamento. Como contra-argumento, ele mostra que ao longo dos tempos, em governos como os do Egito, Assíria, Pérsia, Grécia e Roma, as épocas mais célebres pelas armas foram admiradas pelo saber de seus governantes (BACON, 2007, p. 26 e 27).

Bacon também faz uma comparação dos erros do trabalho dos médicos ao trabalho dos advogados e homens das leis. Enquanto o primeiro dispõe de receitas de cura, muitas vezes não conhecem as causas das enfermidades, nem o estado dos pacientes. Já os últimos podem cometer erro semelhante sendo apenas praticantes e não se utilizando de atenção ao conhecimento de seus livros, “[...] e muitas vezes se veem facilmente surpreendidos quando o assunto vai além de sua experiência, para o prejuízo das causas com que lidam⁵⁰” (BACON, 2007, p. 27-28).

Assim como em outras profissões, é necessário que os homens tenham atenção aos saberes necessários para sua atuação.

A direção desse discurso aos políticos não nos parece mera coincidência, pois Bacon era defensor do Parlamento. Foi membro da Câmara dos Comuns em 1584, e, além disso, defendera mais tarde em outros trabalhos o desenvolvimento de uma ciência universal da jurisprudência (HILL, 1992, p. 150).

Ademais, alguns fatores fizeram com que o Parlamento tivesse mais atuação ao longo do século XVII. É o século da chamada Revolução Inglesa que leva em 1649 à destituição da monarquia, restituída apenas em 1660.

No final do reinado de Elisabeth, o Parlamento já começava a desafiar a autoridade real, mesmo sendo a Coroa indiscutivelmente mais forte. No começo do século XVII, os problemas que as mudanças econômicas trouxeram, forçaram a organização dos Comuns para cobrar mudanças da Coroa. Hill descreve as mudanças econômicas nesse período como uma luta pela soberania (HILL, 2012, p. 69-71; HILL, 1992, p. 150-151). Ao longo do XVII, o parlamento ganhou poder em relação ao soberano e isso modifica as relações desses homens com o conhecimento.

Para Bacon, os homens ligados à política deviam ter maior investimento no conhecimento, como ele mesmo deixa claro quando celebra a sabedoria do rei na dedicatória.

⁵⁰ “[...] who are many times easily surprised when matter falleth out besides their experience, to the prejudice of the causes they handle” (BACON, 1857–1874, p. 100).

É da mesma forma que entendemos sua ênfase sobre o conhecimento dos políticos como importante, assim como a sabedoria em outras profissões.

Bacon insistia na ideia de realizar um reexame das coisas e com esforço humano modificá-las, e isso caberia inclusive para a política.

Bacon tenta perceber e preparar o espírito dos homens para o conhecimento pela ação e nesse momento se convence da necessidade de que a ciência venha a fortalecer a ocupação da mente e das coisas do mundo.

Ele justifica ainda que um homem ligado ao conhecimento seria menos bárbaro e mais propenso à autoridade e à obediência. A razão é que esse homem não oferece uma cega obediência, ainda que alguns pudessem pensar ser essa a melhor situação (BACON, 2007, p. 32).

Essa concepção demonstra que o pensamento de domínio sobre as atitudes e sobre a construção do sujeito parece ser intencional. Fica claro, para nós, que a disposição de que o homem deva seguir diretrizes para se esquivar de desvios de conduta e buscar boas virtudes, como a caridade, é o que o ligaria ao resto da humanidade. Do mesmo modo, a intenção é que o conhecimento possa auxiliar os homens a compreenderem as leis e as normas, assim estabelecendo uma conduta social e que, como resultado do esforço, executem melhor as tarefas políticas.

Essas exposições podem trazer uma indicação dos propósitos de seu discurso de Bacon de um esforço para adequação de atitude que vai se aproximar da ideia de preservar e buscar uma ordem social, como propunha Hill (1992, p. 150) que afirmou que a nova ciência de Bacon tentava combinar o respeito à lei com uma disposição para inovação, e Shapin (1996, p. 130) acrescenta que havia relação entre conhecimento e controle da ordem social, pois a administração do conhecimento se conceberia como um instrumento do poder do Estado.

O pensamento de Bacon tinha como um de seus princípios a busca de contenção das massas com a disseminação do conhecimento, vindo nesse ponto uma saída para garantir a organização social, vindo com problemas econômicos que vinha de uma expansão econômica e problemas sociais com a inflação e uma considerável população pobre.

Para nós, essas duas ideias principais se localizam na relação do conhecimento com os políticos. Tanto a de organização e desenvolvimento político, já que além dos argumentos apresentados, também havia uma credibilidade na Inglaterra de crescimento e domínio, como a de uma organização interna de ordem social, já que o país tinha problemas econômicos e

sociais e com a quebra de autoridade da Igreja e era preciso enfatizar os propósitos desse novo momento.

Com isso, Bacon consegue traçar um sujeito social com obrigações ao Estado e também ao poder divino através das atitudes e valores. Ele consegue nesse momento compreender um equilíbrio entre o Estado que vai envolver tanto as leis divinas quanto as políticas através do conhecimento.

3.4.2.3 Os sábios

Por fim, Bacon fala sobre a relação do conhecimento com os sábios ou eruditos. O conhecimento visto por eles de forma errada levaria ao erro de encarar o bem e o mal de forma arrogante e a ditar regras e leis sem se submeter aos mandamentos de Deus (BACON, 2007, p. 20).

Alguns podem pensar que o conhecimento leva à indigência e à mediocridade de seus empregos, mas Bacon argumenta que nenhum desses traços seria inerente ao conhecimento. Ao contrário, seria mais como um costume.

Nesse sentido, Bacon (2007) chama a atenção para a falta de remuneração e valorização das pessoas ligadas à educação. A reivindicação da valorização da educação foi um tema recorrente desde a metade do século XVI, durante o já iniciado processo da Reforma Protestante e quando houve um rápido crescimento de uma civilização urbana.

Nesse momento, há um discernimento da fé moderna na educação como um meio de curar todas as doenças sociais para induzir a felicidade e possibilitar uma humanidade mais sábia, mais rica e melhor. A crença no valor da educação e na importância das escolas começa a ser disseminada como um pensamento burguês. A valorização da educação também é propiciada pela expansão comercial que estimulou aprendizes e assistentes a ler, escrever e calcular (WRIGHT, 1958, p. 44-45).

Bacon tem bastante influência dessa atitude em relação à educação e inclusive sugere aumentar dispêndios em universidades e também às três profissões Teologia, Direito e Medicina, bem como às três cabeças da ciência, filosofia, arte da retórica e matemáticas (WRIGHT, 1958, p. 68).

A educação poderia ser um alívio para os problemas de estado de espírito do homem, no contexto do século XVII. Bacon influenciou a teoria educacional que tem como importante base a compreensão de que as escolas poderiam fornecer treino mais adequado para atitude dos pupilos e compreender as futuras escolas para a vida. Para ele, sua idealização de escolas deveria adaptar seus currículos aos afazeres do dia-a-dia (WRIGHT, 1958, p. 68).

Duas características podem ser percebidas com essa preocupação de Bacon. Primeiramente, com a competência dos homens do conhecimento para retribuir essa demanda social burguesa. Mas também com seu reconhecimento, inclusive com a retribuição financeira dada a eles para que possam se dedicar a essa importante tarefa.

Pois os homens que se dedicam ao estudo não enriquecem tão rapidamente como outros, mas para ele, há uma conservação do sentido da civilidade e da vida honrada.

Como mencionamos, de maneira geral, a expansão mercantil, juntamente com a Reforma, impulsionou a reflexão sobre a educação para repensar a escola. Dessa forma, o conhecimento se tornou uma temática fundamental.

Bacon relaciona as tarefas dadas às pessoas instruídas. Primeiramente, devem promover e proteger as ciências. Em segundo lugar, devem designar pesquisadores àqueles campos do saber que estão deficientes e precisam ser mais bem trabalhados (BACON, 2007, p. 104).

A exaltação do conhecimento, para ele, expõe as defasagens no campo pedagógico, o que é percebido em algumas passagens dos livros. Em uma delas, na introdução do Livro II, Bacon pede que se preste atenção na educação dos homens que ensinam, pois devem ser os homens mais capazes e competentes, os responsáveis pela geração e a propagação das ciências, e não somente por um uso transitório delas. Pois, há uma deficiência nos cursos públicos, com uma retribuição distorcida de salários aos professores, tanto no ensino das artes liberais, quanto no das profissões particulares (BACON, 2007, p. 105-106).

O trabalho de Bacon está ligado à ideia de valorização e reforma da educação que advém não somente do processo de Reforma, mas como resquício das ideias humanistas. E isso o leva a repensar todas as instituições ligadas à educação e também as áreas de conhecimento que devem ser estudadas.

Além dos lugares, das áreas do saber, Bacon reflete sobre as pessoas ligadas ao conhecimento. Para ele, conhecimento e virtude moral têm uma relação profunda. Não somente ligado às virtudes, mas também aos comportamentos. Pois Bacon comenta no Livro I que o saber afasta a selvageria, o barbarismo e a ferocidade da mente humana; mas alerta sobre o perigo de que o saber superficial pode produzir o efeito contrário, levantando dúvidas

e rejeitando as primeiras ideias que venham à mente que não tenham sido examinadas e experimentadas (BACON, 2007, p. 89).

Bacon se reconhece como parte do processo, ora como esse homem da ciência, ora como um homem da política, e parece que suas impressões e experiências estão contidas no seu trabalho, configurando o que chamamos aqui de “sujeito científico”. Esse auto reconhecimento no processo é um forte indicador de um momento de construção das formas de identidade associadas ao que seria um sujeito com certa atitude proposto por Francis Bacon.

Essa configuração diante da reforma do conhecimento e de suas instâncias e instituições iriam permitir que fossem alcançados os objetivos de reforma da ciência, isto é, os objetivos de seu projeto. Deixando claras as intenções e todos os aspectos da relação da ciência com a sociedade que ele induz nos campos político, religioso e social, e que produz mudanças não somente nas áreas do saber, mas também uma identidade de sujeito do conhecimento.

O novo sujeito científico proposto por Bacon surge diante de uma crise, em meio à necessidade de desenvolver o conhecimento, diante de uma crítica às filosofias da Antiguidade, da Idade Média e da Renascença, de modo a superar as posturas morais dos magos, dos escolásticos, e dos humanistas, criticando mais suas condutas morais e não exatamente em sua abordagem teórica (ROSSI, 2006, p. 148-149).

Sua crítica se baseava nas confusões que ocorriam diante das religiões, na ênfase no verbalismo, na falta de métodos e na falta de domínio sobre a natureza e também em um desejo de transformação da sociedade. Ele via assim uma saída para os males da sociedade através da Educação.

Essas concepções de Bacon devem-se ainda à necessidade de acompanhar mudanças de uma sociedade que buscava o progresso por meio das grandes navegações e expansão mercantil. Sua filosofia vai se caracterizar, principalmente, pela valorização do empirismo e da técnica, mas sem abandonar a tradição religiosa.

Para Bacon, há uma configuração do início de uma nova era de progresso e domínio material e do conhecimento. Existe, portanto, a preocupação de aproveitar esse momento e conceber o caminho certo a se perseguir. Para isso, eram necessárias modificações que envolvessem principalmente a arte da ciência e a vontade dos homens para perseguir os mesmos objetivos.

Os interesses de Bacon em relação à atuação do homem demonstram os caminhos a serem perseguidos para desenvolver as ações dos homens.

Mais tarde, essa ênfase dada pela obra foi reconhecida, como aponta Hill, no que diz respeito ao investimento do conhecimento nas carreiras que foi importante nesse começo de século:

[...] Marchamont Nedham⁵¹ concordava que, desde o *Advancement of Learning* de Bacon, a profissão médica havia feito mais progressos ‘do que em qualquer período anterior da história do mundo’, quando os homens se limitavam a comentar os médicos gregos e árabes. ‘Basta que nos voltemos para vinte anos atrás’- isto foi escrito em 1665 – ‘para constatarmos que nenhuma outra arte ou ciência no mundo passou por tão grandes avanços e transformações em tão breve espaço de tempo’ (NEDHAM, Marchamont *apud* HILL, 1992, p. 162).

O trabalho de encontrar sentido filosófico e técnico para o progresso através do trabalho dos homens foi uma maneira de entender Bacon como um observador cultural da sociedade que tentava compreender o passado e as expectativas do futuro que vinha com as mudanças sociais. Resultado também de sua própria experiência que era ligada nos seus estudos e na sua prática política.

Com efeito, sua ajuda para compreender o mundo resulta em direções que puderam ser vistas mais tarde, no decorrer do século, com transformações das áreas de estudos das ciências e atuações dos homens. A busca da concepção do conhecimento, para Bacon, recai também sob a perspectiva de compreensão dos saberes que são possíveis de serem investigadas e alcançadas pelos homens.

⁵¹ Marchamont Nedham (1620-1678) foi jornalista da *Commonwealth*, autor e médico (HILL, 2012, 1999).

CONCLUSÕES

Primeiramente é preciso recuperar algumas ideias iniciais de como essa pesquisa se relaciona aos Estudos Culturais. A noção histórica do período de formação de Bacon foi para nós um elemento fundamental para entendimento do *Progresso do Conhecimento*. A leitura desse livro é indissociável da leitura de sua formação (educação, conexões políticas, sua posição social, laços familiares e o período histórico em que estava inserido). Para atingir nossos propósitos, buscamos nesse trabalho compreender minimamente a complexa relação de um longo período que vai desde o Renascimento até o momento de sua escrita e que traz a noção de influências e de negações que permite que Bacon elabore sua própria filosofia.

Assim, o objetivo desse trabalho consistiu em estudar ideias presentes na obra *O progresso do conhecimento*⁵², compreendendo as intenções gerais de seu projeto no momento histórico de sua fala. A leitura do livro foi realizada a partir desses elementos de seu projeto de restauração do conhecimento e a partir das diversas influências sociais e culturais que estão presentes na obra do autor, diante de uma contextualização histórica e social que projeta em sua concepção de ciência e classificação, sua posição político social.

Bacon, entre tantos outros na História, buscou construir um ideal de ciência. A base de seu discurso tenta justificar sua importância, mas também construir e analisar o conhecimento associado às ações dos homens com a natureza e com o mundo social. A ciência, ou a Filosofia natural, como Bacon chama, deve ser uma ciência operativa e essa questão é central para sua prática dos saberes. O aspecto material impulsiona novas formas de fazer ciência que enfatizam as construções e as invenções, tanto como as próprias práticas culturais. E esse processo de expansão possibilitou que as artes mecânicas estivessem presentes nos discursos desse momento e dessa maneira preparou seu uso nas investigações do mundo.

É importante destacar em nossa análise que, assim como aponta Solomon (1998, p. XIV), Bacon incorporou noções e práticas que derivou dos meios sociais que não eram da corte, ambiente de proximidade do filósofo, mas também incorporou a sua ciência aspectos dos ambientes comerciais, vocacionais, e da mecânica. Para Solomon, Bacon teve a possibilidade de olhar as próprias subjetividades e as alheias através das condições materiais

⁵² Originalmente, o livro foi publicado sob o título *The two books of Francis Bacon: Of the proficience and the advancement of learning, divine and humane* na língua inglesa.

que ele habitava – mas também ideias sobre objetos materiais que ele absorveu (SOLOMON, 1998, p. XVIII).

Francis Bacon era um homem de posição privilegiada por seu status político e pelas relações de família. Seu discurso estava incorporado pela política, pela moral e pelo seu *status* social, mas também pelas ideias novas de mudanças e de novas práticas culturais. Em nossa leitura, isso pode ser lido como uma formação de novas subjetividades que Bacon vai perceber nessa sociedade. Essa ênfase do autor em se apoiar nas novas atitudes dos homens parece uma tentativa de compreender as marcas e processos do fazer ciência e do papel do sujeito nesse andamento que é provocado também por seu reconhecimento dentro desse complexo.

Além disso, Bacon tentou buscar uma compreensão de que o conhecimento não deveria hierarquizar diversas áreas em obras mais e menos importantes, que dizem respeito ao projeto e propósitos de sua filosofia, como o caso da mecânica que era vista como menos valorizada e que com base em seu projeto passa a ter importante lugar nas ciências. E isso se ligou também a atribuir a aproximar trabalhos pouco valorizados como os dos artesãos um *status* científico.

Nossa compreensão é que o trabalho inicial de Bacon encontra-se nesse livro que destaca os objetivos e fins do conhecimento e elabora um mapeamento dos saberes, seus limites e conclusões. A classificação fazia parte de um projeto maior de Bacon que tinha a proposta de reestruturação do conhecimento que vai encabeçar a “Instauração Magna”.

Esse novo conceito de ciência que Bacon aborda, diz respeito a uma estruturação do conhecimento e de novos padrões e modelos de investigação da ciência que essa delimitação traz. Por isso, consideramos necessário enfatizar a problemática das fronteiras disciplinares nesse tratado, levando em consideração a visão e objetivos do autor, num entendimento de que seu trabalho, sua visão e seus objetivos não estavam dissociados.

É importante destacar que seu trabalho de classificação foi forte influência na construção da concepção de conhecimento na sociedade moderna e em classificações do conhecimento posteriores, como o caso da enciclopédia (DARNTON, 1988). Ademais, seu projeto influenciou também a formação de academias de ciência como a Royal Society⁵³, fundada em Londres de 28 de novembro de 1660 (HILL, 1992).

⁵³ A fundação da Royal Society, em Londres, foi um importante episódio para a história intelectual. O protótipo da instituição reuniu um grupo informal de homens antes de 1645 com o intuito de adotar ciência experimental. Esses membros se definiam como puritanos e utilitaristas. Defendiam a filosofia

O projeto de Bacon de reforma do conhecimento parece se encaixar fortemente nos objetivos de uma sociedade pós Reforma Protestante. Além de configurar ideias sobre o conhecimento, o trabalho de Bacon também faz uma construção do ideal social alicerçado na relação religiosa do Estado da Inglaterra. É possível, desse modo, inferir que a lógica dessa classificação vai muito além do debate sobre uma filosofia do conhecimento e de suas práticas na Educação ou na Ciência, estando completamente associada à complexa sociedade do período.

Além disso, o filósofo realiza um rearranjo dos saberes. Esses propósitos e ideias de organização do conhecimento estavam em pauta nesse momento com o advento da imprensa e de outras mudanças dessa sociedade, como as descobertas do novo mundo e a Reforma Protestante. Com a difusão da imprensa, houve um crescimento considerável da quantidade de documentos materiais, o que influenciou na busca de ordenações e classificações desses conhecimentos⁵⁴.

Bacon, nesse livro, traz uma reflexão que destaca a importância de uma avaliação mais minuciosa do conhecimento, pois haveria insuficiência de conteúdo em certas áreas e essa carência seria uma falsa percepção de abundância do conhecimento por causa de um excesso da quantidade de livros existentes. Em algumas áreas, havia grande produção em contraste com outras que eram consideradas temas importantes, mas deviam ser mais bem desenvolvidas. Produzir mais livros se fazia necessário, mas deveria haver avaliação para que as áreas do conhecimento fossem mais bem trabalhadas e exploradas como um todo, para que produzissem melhores livros (BACON, 1857–1874, p. 180; 2007, p. 110).

Sem dúvida, a cultura escrita, a produção de livros impulsiona a cultura de classificação do saber. E a mudança cultural de uma sociedade vai refletir nas áreas do saber e no modo de olhar o conhecimento, seus objetivos e seus fins.

A ideia de classificação estava inserida em questões materiais culturais, por isso foi necessário, a nosso ver, realizar uma leitura de Bacon que não abordasse apenas sua linguagem religiosa sem traçar elementos culturais do antigo e do novo que ele esboça em seu projeto e sem as questões sociais, políticas e econômicas. Sua vontade de criação de um

de Francis Bacon, mesmo que essa visão utilitarista, como aponta Purver, tenha sido distorcida pelos fundadores (PURVER, 1967, p. XI).

⁵⁴ A classificação e ordenação de produções do conhecimento sempre foi motivo de discussões, desde os tempos antigos, como no exemplo da Biblioteca da Alexandria, em que a quantidade de documentos e sua organização eram uma problemática, já que a quantidade de papiros chegou a 500 mil rolos. Esse e outros casos de excesso de documentos em bibliotecas são discutidos em Baratin e Jacob (org), de 1996.

sujeito novo traduz, sem dúvida, novos modos que mais tarde irão tomar maior dimensão na História da Ciência e na modernidade.

A formação de Bacon está atrelada a uma educação de elite, política e religiosa. Tem suas raízes ligadas ao Renascimento, mas também é provocada pelas mudanças sociais e culturais do período. As indagações de Bacon estão relacionadas a esse processo de questionamentos e conflitos que são religiosos ao mesmo tempo em que políticos.

Além da conjuntura anterior, alguns pontos da primeira metade do século XVII foram levantados brevemente para ilustrar a sociedade que introduziu algumas ideias baconianas, incorporadas por vozes protestantes e que reivindicaram outras possibilidades políticas e da ciência.

Bacon preserva sua linguagem, sua devoção, seus propósitos e a ordem que diz respeito a sua crença divina. Sua concepção religiosa se forma a partir de interpretações cristãs, e essa obra evidencia suas referências nos Padres da Igreja, disseminadas principalmente no período do Renascimento.

Mas ao mesmo tempo, permite que o conhecimento humano seja um conhecimento que constrói. E isso traz, como propomos, a possibilidade de existência de novas subjetividades, que, mesmo cerceadas pela moral e pela religião, teriam a proposta de promover o avanço da ciência embasado nas necessidades humanas. O sujeito científico, como denominamos, está no centro desse debate. É ele quem promoverá as mudanças necessárias para promover o progresso do conhecimento em todas as instâncias elaboradas pelo filósofo.

O progresso do conhecimento é um dos primeiros trabalhos de Bacon e, portanto, alguns temas de suma importância para compreensão do filósofo como seu método indutivo, sua teoria dos ídolos⁵⁵ presente no *Novum Organum*, sua face profética não foram devidamente apresentados nessa pesquisa.

Compreendemos que a classificação das áreas do saber é primordial para o entendimento do seu discurso e dos objetivos do projeto de Bacon. Seu trabalho apresenta sua erudição ligada às crenças tradicionais, mas também sua abertura às percepções e mudanças culturais que se estabelecem na necessidade de acompanhar e avançar para o novo mundo que estava por vir.

⁵⁵ Os ídolos de Bacon são quatro: ídolos da tribo, ídolos do foro ou mercado e ídolos do mercado. Esses ídolos dificultam o acesso à verdade e os ídolos ajudam a conscientizar os homens das falsas noções.

Seu projeto está, dessa forma, envolvido com práticas sociais e culturais e enfatiza características do saber que extrapolam o conhecimento em si, criando espaço para ideais de uma sociedade que tem o conhecimento como guia de uma autoridade política, moral, social e religiosa. A partir desse projeto, percebemos que ele instaura certas posturas culturais como a ideia de um sujeito científico, isto é, esse homem que tem o conhecimento e uma postura moral determinada. Ele objetivamente vai argumentar e apontar como deve se portar o sujeito diante da moralidade, ao longo da obra.

Bacon está entre o tradicional e o moderno, pois ao mesmo tempo em que interpreta o mundo a sua volta, inserido em sua concepção de filosofia natural, pensa na fabricação empírica do saber. É possível concluir que Bacon tanto liga seu argumento ao conhecimento secular cristão, como insere em seu discurso elementos das mudanças culturais que estão a sua volta. Além disso, ele percebe necessidades políticas e econômicas para avançar e perseguir certo ideal de sociedade. Bacon constrói um projeto que traz o acúmulo das propostas como uma maneira de ponderar e estabelecer as regras do conhecimento. Alimenta as forças das mudanças, justifica a ordem social, alicerça um projeto comum ao bem da humanidade, trazendo o antigo e justificando o futuro. Ele parece consciente de que o sentido de conhecimento que ele vai produzindo na obra se refere a um tempo cultural específico, no qual cabem novos Estados e novos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Diccionario de filosofía**. 3. ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1999. 1206 p.

AGOSTINHO, Santo. **A Trindade**. São Paulo : Paulus, 1994. 3. ed. 2005

ARISTÓTELES. **Metafísica**. [2. ed.]. São Paulo: Loyola, 2005. 341 p.

BACON, Francis. **Novo Organum, ou, Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. **Da proficiência e o avanço do conhecimento divino e humano**. São Paulo: Madras, 2006.

_____. Advancement of learning. In: SPEDDING, J.; LESLIE, R. & HEATH, D. D. (Ed.). **The works of Francis Bacon**. Boston: [s.n.], 1857–1874. v. 6, p. 77-491. Disponível em: <<https://archive.org/stream/worksfrancisbaco06bacoiala>>. Acesso em: 28/11/2014.

_____. **O progresso do conhecimento**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

BARATIN, Marc; JACOB, Cristian (dir.) : a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

BOISSET, Jean. **História do Protestantismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971 (Saber Atual)

BLAIR, Ann; GRAFTON, Anthony. Reassessing humanism and science. In.: **Journal of the History of Ideas**. Philadelphia, v. 53, n. 4. p. 535-540, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2709934?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 20/10/2014.

BOX, Ian Charles. **The social thought of Francis Bacon**. Lewiston: The Edwin Mellen Press, 1989.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CANDAU, Joel. Pensar, classificar: memória e ordenação do mundo. In: _____ **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. “O príncipe, a biblioteca e a dedicatória”. BARATIN, Marc; JACOB, Christian (eds.). **O poder das bibliotecas**. A memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 182-199.

COLLINSON, Patrick. England. In.: SCRIBNER, B. ; POTTER, R.; TEICH, M. **The reformation in national context**. Cambridge: Cambridge Press, 1994. P. 80-94.

CORDELL, Jeffrey. Baconian apologetics: knowledge and charity in “The advancement of learning”. In.: **Studies in Philology**. University of North Carolina Press. Vol. 108, n. 1 (winter, 2011), p. 86-107. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41099281>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CRANE, Mary Thomas. Early Tudor humanism. In.: HATTAWAY, Michael (ed.). **A companion to English Renaissance literature and culture**. Malden: Blackwell Publishing, 2000.

DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento. In: _____. **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DICKENS, A. G. **The English reformation**. London: B. T. Bastford, 1964.

DUREL, Henri. From correctness to values and meaning in Bacon’s Advancement of learning (1605). In.: **History of European Ideas**. Philadelphia, v. 33, n. 3, 2007. doi:10.1016/j.histeuroideas.2006.11.011.

ELTON, G. R. The age of Reformation. In: ELTON, G. R. (ed.) **The new Cambridge Modern History**. V. II: The reformation (1520-1559). 2nd. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, c2008. p. 1-22.

FAULKNER, Robert K. **Francis Bacon and the project of progress**. Lanham, M.D.: Rowman & Littlefield, 1993.

FARRINGTON, Benjamin. **The philosophy of Francis Bacon**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

_____. **Francis Bacon: filósofo de la revolución industrial**. 2. Ed. Madrid: Endymion, 1991. (Textos universitários)

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GAUKROGER, Stephen. **Francis Bacon and the transformation of early-modern philosophy**. Cambridge : Cambridge University Press, 2001.

GUY, John. **The Tudors: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HALL, Stuart. El problema de la ideología: el marxismo sin garantías. In.: _____ **Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Popayán: Instituto de estudios sociales y culturales Pensar, 2010.

HARRISON, Peter. **The fall of man and the foundations of Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HATTAWAY, Michael. Bacon and "Knowledge Broken": Limits for Scientific Method. Source: Journal of the History of Ideas, Vol. 39, No. 2 (Apr. - Jun., 1978), pp. 183-197. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2708774>. Acesso em: 22/04/2013.

HILL, Christopher. **Origens intelectuais da revolução inglesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **O século das revoluções: 1603-1714**. São Paulo: Unifesp, 2012.

H.M. Introdução. In: BACON, Francis. **Da proficiência e o avanço do conhecimento divino e humano**. São Paulo: Madras, 2006. P. 7-10.

KUSUKAWA, S. Bacon Classification of Knowledge. In.: M. Peltonen (ed.), **The Cambridge Companion to Bacon**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996.

LEARY, John. **Francis Bacon and the politics of science**. Ames: Iowa State University Press, 1994.

LEITÃO, Henrique (coord.). **O Livro Científico Antigo dos séculos XV e XVI**. Ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004. (Introdução)

LONG, Pamela O. **Openness, secrecy, authorship**: thecnical arts and the culture of knowledge from anquity to the Renaissance. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001.

MARTIN, Julian. **Francis Bacon**: the state, and the reform of natural philosophy. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MATTHEWS, Steven. **Theology and science in the thought of Francis Bacon**. Burlington: Ashgate, 2008.

MCKNIGHT, Stephen A. **The Religious Foundations of Francis Bacon's Thought**. Columbia: University of Missouri Press, 2006.

MENNA, Sérgio Hugo. **Máquinas, gênios e homens na construção do conhecimento**: uma interpretação heurística do método indutivo de Francis Bacon. 2011. 401 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MERCHANT, Carolyn. Francis Bacon and the 'vexations of art': experimentation as intervention. In.: The British Journal for the History of Science. Publicação online: jan. 2012. Acesso em 30 jul. 2015. Disponível em: <10.1017/ S0007087411000665>.

MERTON, Robert. Science, Technology and Society in Seventeenth Century England. **Osiris**, Vol. 4. (1938), pp. 360-632. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0369-7827%281938%291%3A4%3C360%3ASTASIS%3E2.0.CO%3B2-P>>. Acesso em: 18 out. 2015.

MORESCHINI, Claudio. **História da filosofia patrística**. São Paulo: Loyola, 2008. 779 p. ISBN 9788515035168.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. Francis **Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. 2000. F. Tese (Doutorado em Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) - UFMG, Belo Horizonte, 2000.

OLIVIERI, Grazia Tonelli. Galen and Francis Bacon. In.: KELLEY, Donald R. ; POPKIN, Richard H. (ed.). **The shapes of knowledge from the Renaissance to the Enlightenment**. Dordrecht : Kluwer Academic Publishers, 1991. (Archives internationales d'histoire des idées ; 124).

PELTONEN, Markku. Introduction. In: PELTONEN, Markku (ed.). **The Cambridge Companion to Bacon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. P. 1–24.

PURVER, Margery. **The Royal Society**: concept and creation. Cambridge: The Mit Press, 1967.

REALE. Introdução. In.: ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2005. v. 2.

ROSSI, Paolo. **Os filósofos e as máquinas**: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROSSI, Paolo. Bacon's idea of Science. 1996. In: PELTONEN, Markku (ed.). **The Cambridge Companion to Bacon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 37–42.

ROSSI, Paolo. **Francis Bacon**: da magia à ciência. Londrina: EDUEL, Curitiba: UFPR, 2006.

SHAPIN, Steven. **The scientific revolution**. Chicago: The University of Chicago, 1996.

SIMON, Joan. **Education and society in Tudor England**. London: Cambridge University, 1979.

SOLMSEN, Friedrich. Boethius and the History of the Organon. **The American Journal of Philology**. v. 65, n. 1 , p. 69-74. 1955. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/291141>. Acesso em: 02 mai 2015.

SOLOMON, Julie Robin. **Objectivity in the making**: Francis Bacon and the politic of inquiry. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Rev. 09 de out. de 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/vives/>>. Acesso em: 02 de out. 2015.

STARTER, V. **The political history of Tudor and Stuart England** : a sourcebook. London: Routledge, 2002.

WEBSTER, Charles. **The great instauration**: science, medicine, and reform, 1626-1660. Oxford: New York, 2002.

WESTFALL, Richard. **A construção da ciência moderna**. Porto: Porto, 2001.

WHITNEY, Charles. **Francis Bacon and modernity**. New Haven, London: Yale University, 1986.

_____. Francis Bacon's Instauration: Dominion of and over Humanity. **Journal of the History of Ideas. Philadelphia**, v. 50, n. 3, pp. 371-390, Jul. - Sep., 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2709567>. Acesso em: 20 abr.2013.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WRIGHT, Louis B. **Middle-class culture in Elizabethan England**. New York: Cornell University Press, 1958.

YATES, Frances. **O iluminismo rosa-cruz**. São Paulo: Editora Pensamento, c1972.

YATES, Frances. **The occult philosophy in the Elisabethan age**. London: Routledge, 1999 (c1979).

YATES, Frances A. **Giordano Bruno e a tradição hermética**. São Paulo: Cultrix, 1990.

ZAGORIN, Perez. **Francis Bacon**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

ZITTEL, Claus; NANNI, Gisela; KARAFYLLIS, N. **Philosophies of technology: Francis Bacon and his contemporaries**. Leiden, Boston: Brill, 2008.